



**Crescimento Económico em Cabo Verde e seu Impacto na
Sustentabilidade Ambiental.**

**Aplicação do método de avaliação contingente, através da técnica disposição
a pagar para a valoração ambiental.**

Por

Isa Dias Gomes

Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Orientada por

Prof^ª. Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

2013

“Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”. Art.º 72º Da Constituição da República de Cabo Verde

Esta dissertação foi escrita em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Biografia

Isa Dias Gomes, Luso-cabo-verdiana e residente permanente na cidade do Porto, aos 19 anos de idade partiu para Portugal para fazer o Curso Técnico de Contabilidade, nível III, com equivalência ao 12º ano de escolaridade, na Escola Profissional de Economia Social – Academia José Moreira da Silva. Terminou com sucesso o curso em Julho de 2008, prosseguiu os estudos na área da Banca e Seguro, (nível IV), no Instituto Superior de Estudos Financeiros e Fiscais (IESF) e, mais tarde Licenciou-se em Turismo e Gestão de Empresas Turísticas pela Universidade Lusófona do Porto, onde foi distinguida como a melhor diplomada do seu curso no ano de 2011.

No ano letivo 2012-13 é finalista do mestrado em Economia e Gestão do Ambiente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Durante vários anos, desempenhou funções em várias empresas no setor privado, foi estagiária dos cursos de contabilidade, banca e seguros. Na Pousada Palácio do Freixo Porto, estagiou em todos os departamentos da unidade hoteleira.

Encontra-se inscrita no programa doutoral em Gestão (*PhD. Business and Management Studies – doutoramento em inglês*) na Faculdade de Economia - Universidade do Porto, onde se especializará em Contabilidade e Controlo de Gestão, a iniciar em Setembro de 2013.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos são dirigidos a todos aqueles que de uma forma ou doutra, contribuíram para a realização desta dissertação.

Agradeço a Deus e à minha família, em especial aos meus pais e irmãos pelo apoio, carinho que me têm demonstrado ao longo do meu percurso académico; à Professora Doutora Maria da Conceição Ramos, minha orientadora, manifesto o meu mais profundo e especial agradecimento.

Não menos importante, quero aproveitar para agradecer ao Professor Doutor Francisco Vitorino Silva, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pelo apoio à realização deste trabalho.

Endereço ainda um reconhecimento de gratidão a Adérito Barros, pela força e pelo apoio na realização desta dissertação, e a todos os meus amigos que me apoiaram de uma forma direta ou indiretamente durante o meu curso de mestrado.

Resumo

Para que o crescimento económico seja efetivo, importa registar de igual modo o crescimento real nas outras vertentes que sustentam o próprio crescimento, assim é cada vez mais importante introduzir variáveis ambientais e sociais quando se procede à análise efetiva do crescimento económico. O “crescimento económico é um indicador que revela o bem-estar económico de um país”, (Bürge­nmeier, 2005, p.16-17). Só se pode falar da sustentabilidade ao nível do crescimento económico, se efetivamente os recursos forem devidamente racionalizados, mas é igualmente muito importante ter em conta a reutilização de recursos, sobretudo quando são escassos ou quando representam riscos sérios para o ambiente como também para a economia, entre outros.

O protocolo do Quioto, a Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas e os Objetivos Do Milénio (ODM), são apenas alguns exemplos de programas cujos objetivos visam essencialmente disciplinar a emissão de dióxido de carbono (CO₂). Um dos objetivos é o de tentar “educar” o mundo global para os problemas que decorrem do uso abusivo e descontrolado de recursos, principalmente aqueles que podem pôr em causa a sustentabilidade do planeta terra.

Cabo Verde (CV) é um dos poucos países ao nível do continente africano, e único na sua sub-região, que tem cumprido com os objetivos dos projetos acima listados. Essas conquistas têm permitido que este país conduza as suas políticas de desenvolvimento, balizadas em contextos das melhores práticas mundialmente aceites. Têm sido canalizados investimentos em infraestruturas de elevado valor acrescentado para a captação e exploração de energias verdes.

A presente dissertação tem como objetivos: identificar os eventuais impactos ambientais em Cabo Verde que poderão decorrer do crescimento e desenvolvimento económico; sugerir melhorias ao nível da sustentabilidade.

Conclui-se, por meio de inquéritos conduzidos por nós, que os Cabo-verdianos se mostram dispostos a colaborar financeiramente para a proteção ambiental em Cabo Verde.

Palavras – Chaves: Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e crescimento económico, ambiente e Cabo Verde.

Abstract

To get an effective economic growth is necessary to note in the equal mode the real growth of all task that sustain the growth, thus is more important to introduce environmental and social variables when proceed the effective analysis of economic growth. The “the economic growth is an indicator that show us the economic welfare of the country”, (Bürgeinmeier, 2005, p.16-17). We only can talk about sustainability at level of the economic growth, whether resources were optimized in very well manner, it is very important to take in to account reutilizations of the resources, overcoat when less or when are represent serious risks for environment and economy as well.

The protocol of Kyoto, a Convention Framework on Climate Change and the goal of millennium (ODM), are scarcely some examples of the programs whose the main aims is to discipline the dioxide of carbon (CO₂) emission. One of the goals is to try “to educate” the global world for the problems that emerge for the abusive use and unbalanced of the resources, mainly that one that deteriorate the sustainability of the earth planet.

Cape Verde (CV) is one of the few countries in the African Continent, and unique in it the under-region, that is accomplished with the objectives of the projects above listed. Those conquests allow the country to drive its development politics, baized in context of the world best practices. Long and medium-term investments are made by politicians in some of the most important greens infrastructures.

This dissertation aim to identify the eventual environments impacts in Cape Verde that will be elapse of the economic growth and development and suggest improvement measures of sustainability levels as well.

Finally, according to our study, Cape-verdeans show us they are able to financially support the environment protection in Cape Vert.

Keys - Words: Sustainably development, economics development and growth, environment and Cape Vert.

Abreviaturas e acrónimos

BES – Banco Espírito Santo

CQNUAC – Convenção Quadro das Nações Unidas para Alterações Climáticas

CV – Cabo Verde

CVE – Escudo Cabo-verdiano

DAP e DAR – Disposição A Pagar e Disposição A Receber

DH – Desenvolvimento Humano

DS – Desenvolvimento Sustentável

EPANDCGACV - Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental em Cabo Verde

FEP – UP – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

II PANA – Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente

INE – Instituto Nacional de Estatística

M - Milhões

MVC – Método de Valoração Contingente

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos do Milénio

ONU – Organização das Nações Unidas

PEDTCV - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Pontos Percentuais

PPC - PIB *Per Capita*

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UNFCCC - United Nations Frameworks Convention on Climate Change.

V.G. – *Verbi Gratia*

VIH/SIDA – Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da imunodeficiência Adquirida

Índice

Biografia	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vi
<i>Abstract</i>	vii
Abreviaturas e acrónimos	viii
Capítulo I: Enquadramento da Investigação	1
1.1. Introdução	1
1.2. Estrutura da Dissertação	3
1.3. Definição da Problemática.....	4
1.4. Objetivos da Dissertação	4
1.5. Revisão da Bibliografia	5
1.6. Conceitos Relevantes para o Estudo	13
1.7. Situação Ambiental Mundial	14
Capítulo II: Análise Interna de Cabo Verde e o seu Crescimento Económico	19
2.1. Análise Geográfica de Cabo Verde.....	19
2.2. Análise Demográfica de Cabo Verde.....	19
2.3. Economia Cabo-Verdiana.....	21
2.4. Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde	26
2.5. Cabo Verde e os Oito Objetivos do Milénio (ODM)	29
Capítulo III: Análise da Situação Ambiental e Turística em Cabo Verde	33
3.1. Políticas Ambientais em Cabo Verde.....	33
3.2. Poluição em Cabo Verde	36
3.3. A política Ambiental do Poder Local e das Instituições em Cabo Verde	37
3.4. Educação Ambiental em Cabo Verde	38
3.5. Contabilidade Ambiental em Cabo Verde.....	39

3.6.	Análise S.W.O.T. de Cabo Verde	41
3.7.	Turismo em Cabo Verde	42
3.8.	Problemáticas do Turismo em Cabo Verde	43
3.9.	Sustentabilidade Turística e o Ambiente em Cabo Verde.....	44
3.10.	Impactos do Turismo – Condicionantes do Turismo	45
3.11.	O Crescimento Económico e os seus Impactos sobre o Ambiente	49
	Capítulo IV: Hipótese e Metodologia de Investigação	53
4.1.	Valoração Ambiental.....	53
4.2.	Modelos e Variáveis de Investigação	56
4.3.	Método do Inquérito Via Questionário	60
4.4.	Metodologia de Investigação	61
	Capítulo V: Apresentação e Análise dos Resultados	64
	Capítulo VI: Considerações Finais e Sugestões Futuras	83
	Bibliografia	88
	Anexos	96
	Anexo I: Lista das Partes da CQNUAC “UNFCCC” e da OCDE	97
	Anexo II: Questionário	99

Outros índices:

Ilustração

Ilustração 1: Mecanismos de implementação do Protocolo de Quioto.....	15
Ilustração 2: <i>Ranking</i> dos 10 países mais poluidores do mundo (ton. de emissões de CO ₂)	17
Ilustração 3: Evolução da taxa de crescimento do PIB real de Cabo Verde (2000-2014).....	22
Ilustração 4: Principais setores de desenvolvimento de Cabo Verde	25
Ilustração 5: Plano ambiental intersectorial (PAIS) de Cabo Verde.....	35
Ilustração 6: Entradas e dormidas dos turistas em Cabo Verde (2000-2012).....	43
Ilustração 7: Tipos de Valores Ambientais.....	56
Ilustração 8: Formas de licitação do inquérito na técnica da DAP e DAR.....	58

Tabela

Tabela 1: Balança de pagamentos de Cabo Verde, 2010 – 2013, (em milhões de CVE)	24
Tabela 2: IDH de Cabo Verde comparado com o resto do mundo	26
Tabela 3: Cabo Verde e os oito (8) Objetivos do Milénio.....	31
Tabela 4: Evolução do Orçamento do Estado Cabo-Verdiano (2011-2013)	39
Tabela 5: Análise S.W.O.T. de Cabo Verde.....	41
Tabela 6: Impactos do Turismo nos três pilares da sustentabilidade	46
Tabela 7: Vantagens e Desvantagens da certificação ambiental	48
Tabela 8: Média da DAP dos Turistas e Cabo-verdianos	74
Tabela 9: Estimação da variável dependente com a variável independente	75
Tabela 10: Estimação bivariada da variável dependente com as variáveis independentes	76
Tabela 11: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Idade)	77
Tabela 12: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Rendimento)... ..	78
Tabela 13: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Sexo)	79
Tabela 14: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Estudante)	80

Capítulo I: Enquadramento da Investigação

1.1. Introdução

A sustentabilidade ambiental tem vindo a despertar uma grande preocupação sobretudo nos países mais desenvolvidos, mas também nos países com menores performances económicas. Grande parte dos países ao nível global têm vindo a delinear estratégias conducentes à sustentabilidade ambiental, com vista a usufruir dos recursos sem que estes se esgotem dando um principal enfoque à sua preservação e utilização racional.

O arquipélago Cabo-verdiano está em franco crescimento, embora apresente poucos recursos naturais (*e.g.*: petróleos, diamantes, etc.), ainda assim, com fortes possibilidades de desenvolvimento em várias áreas. Aliás, tem vindo a atrair significativos investimentos diretos estrangeiros (IDE), sendo uma boa fatia direcionada para o sector imobiliário e do turismo.

O governo de Cabo Verde está a trabalhar no sentido de cumprir todas as metas propostas no âmbito dos 8 (oito) objetivos preconizados no programa do Milénio (ONU) em curso. Erradicar a extrema pobreza e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de género e empoderamento da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, e desenvolver a parceria global para o desenvolvimento, são algumas áreas de intervenção que terão que ser atingidas nos próximos anos. O país definiu as suas estratégias de desenvolvimento pela valorização do ambiente, aliás a valorização do ambiente constitui uma das principais artérias.

Sensibilizar os cidadãos de forma a respeitar, cumprir as políticas ambientais e reforçar a ideia de garantir um futuro melhor, constitui uma das grandes preocupações daquele país insular. Políticas essas, que, a partir de 1993, foram introduzidas na vertente ambiental dos programas do Governo, bem como, mais tarde, a elaboração do II PANA em 2003, que estabeleceu objetivos de desenvolvimento sustentado projetado para um horizonte temporal de 10 (dez) anos (2004-2014), orientado para a gestão

sustentável e eficiente dos recursos ambientais, que nomeadamente passou a ser uma obrigação para várias instituições nacionais.

Com um forte potencial de crescimento, Cabo Verde define vários objetivos a serem cumpridos, combatendo assim, as falhas que o mercado apresenta de forma a garantir que as gerações vindouras possam vir a satisfazer as suas necessidades, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Com esta dissertação, cuja finalidade é estudar o “Crescimento Económico em Cabo Verde e seu Impacto na Sustentabilidade Ambiental”, pretende-se debruçar sobre os impactos que o crescimento económico poderá ter sobre o ambiente. Para responder às necessidades ambientais, propõe-se um conjunto de questões, de forma a saber as opiniões dos entrevistados no que diz respeito à preservação ambiental em Cabo Verde. Propõe-se também algumas medidas úteis para o crescimento e desenvolvimento da economia Cabo-verdiana.

Pela primeira vez na história de CV, é feito um estudo cujo objetivo é saber a opinião dos turistas e dos cidadãos Cabo-verdianos no que diz respeito à preservação do meio ambiente, e quanto estariam dispostos a pagar. Recorde-se que, a partir de Maio de 2013, foi introduzida uma taxa turística pelo governo de CV.

Serão abordados alguns documentos científicos relacionados com o desenvolvimento, crescimento económico, sustentabilidade e entre outros, ao longo desta dissertação. Podendo-se referenciar obras de alguns autores, *e.g.* Matos & Rovella, “do crescimento económico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução”; Conceição Ramos, Professora da FEP - UP, “ambiente, educação e interculturalidade”; Jacinto Rodrigues, Professor da Universidade do Porto, “crescimento, decrescimento sustentável e desenvolvimento ecologicamente sustentável”; José Eli da Veiga, “meio ambiente e desenvolvimento”, etc.

1.2. Estrutura da Dissertação

A dissertação conta com 6 (seis) capítulos, e subdivide-se por vários temas, por forma a garantir que seja coerente, sistematizada e perceptível possível. Sendo assim, os capítulos da dissertação encontram-se estruturadas da seguinte forma:

(i) Enquadramento da investigação; (ii) análise interna de Cabo Verde e o seu crescimento económico; (iii) análise da situação ambiental e turística em Cabo Verde; (iv) hipótese e metodologia de investigação; (v) apresentação e análise dos resultados (vi) considerações finais e sugestões futuras.

No primeiro capítulo, faz-se essencialmente a introdução, apresenta-se o tema, o objetivo, a problemática e a revisão bibliográfica. De seguida são apresentados alguns conceitos relevantes para o estudo, bem como uma curta análise ambiental ao nível global, abordam-se as iniciativas na preservação ambiental e as medidas que são tomadas para a internalização do impacto ambiental.

No segundo capítulo, faz-se uma análise interna de Cabo Verde, *i.e.*, a demografia, a economia e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - índice esse que mede o desenvolvimento do capital humano no país, bem como os 8 (oito) Objetivos do Milénio (ODM).

A análise da situação ambiental e turística em Cabo Verde é o capítulo seguinte, foca-se em aspetos turísticos, ambientais e os impactos sobre o ambiente decorrentes do crescimento económico.

No quarto capítulo, é feito um estudo de caso que envolve um pequeno questionário, com objetivo de tentar saber qual é o comportamento dos turistas e dos Cabo-verdianos quanto à preservação ambiental e quanto estariam dispostos a pagar para a sua proteção.

O penúltimo capítulo é reservado para a apresentação dos resultados obtidos com a investigação.

O último capítulo servirá oportunamente para apresentarmos as sugestões de melhorias conducentes à proteção do ecossistema e toda a envolvente ambiental Cabo-verdiana.

1.3. Definição da Problemática

A economia Cabo-verdiana tem vindo a mostrar sinais evidentes de crescimento. Cabo Verde aposta sistematicamente na sua modernização e competitividade da sua economia (registou um crescimento médio anual de 4,5% nos últimos 5 anos), porém devido ao facto de ter poucos recursos naturais e porque é extremamente dependente do mercado externo (sobretudo da Europa e da China), pois importa mais de 80% de todos os produtos e serviços primários que consome, revela-se muito importante que o país aposte na redução da importação ao mesmo tempo que aumenta a exportação de produtos com elevado valor acrescentado.

A grande questão que se coloca é a de saber de que forma é que o país deve posicionar-se com vista a internalizar efeitos negativos que decorrem do desenvolvimento económico sobre a plataforma do ambiente. À medida que o país avança rumo ao desenvolvimento, levantam-se questões sobre a proteção do ambiente; na verdade, vários países hoje desenvolvidos, também tiveram, de uma forma, ou doutra, que ultrapassar este problema (ou pelo menos mitigar os seus efeitos sobre o ambiente), pois o crescimento económico pressupõe que haja mais empresas no circuito económico, logo o comportamento dessas “ mais empresas” presentes no mercado pode ter efeitos nefastos sobre o ecossistema. Recorde-se que aqui pressupõe-se que não haja uma intervenção direta do Governo, pese embora a existência de leis, mas que com raras exceções são aplicadas.

1.4. Objetivos da Dissertação

A presente dissertação tem como um dos propósitos identificar e discutir as falhas que decorrem da evolução económico-social em Cabo Verde, com efeito focam-se em três pontos fundamentais:

1. Identificar os impactos que o crescimento económico poderá ter na sustentabilidade ambiental e os constrangimentos ambientais em Cabo Verde;
2. Avaliar o comportamento dos turistas e dos cidadãos Cabo-verdianos quanto à preservação ambiental do país;
3. Apresentar sugestões de melhorias para a qualidade ambiental em Cabo Verde.

Utiliza-se um questionário para captar e avaliar qual é a opinião dos turistas e dos cidadãos Cabo-verdianos relativamente à proteção do ambiente.

1.5. Revisão da Bibliografia

Crescer significa mudar e a mudança envolve riscos. Riscos esses, que podem ser quantificados ou não. Para desenvolver é necessário que haja crescimento. É fundamental, que, com o desenvolvimento, os recursos alocados sejam utilizados eficientemente, de modo que as estruturas que o rodeiam, não sejam deterioradas. De acordo com Veiga (2006, p. 51) “O processo de desenvolvimento leva a mudanças estruturais naquilo que as economias produzem”.

Ter um crescimento económico requer um trabalho árduo e contínuo. Um trabalho eficiente capaz de gerar resultados positivos. Desenvolvimento surge após o crescimento e são várias as melhorias que se podem obter, e uma delas é a sustentabilidade ambiental. Veiga (2006, p. 85), ainda na sua dissertação, afirma convicto, de que a “ligação do crescimento económico com a conservação ambiental seja qual for o futuro de ambos, mesmo com atividades realizadas em locais próprios não ocorre num curto prazo”.

O crescimento económico é a condição que garante, em parte, o desenvolvimento, segundo Smith; para Schumpeter é uma característica apenas expansiva; para Sousa (1999) ocorreria através da presença de inovações tecnológicas (citados por Matos & Rovella, 2010, p. 2). Os mesmos autores criticaram a observação feita pelo Schumpeter ao analisar o conceito do desenvolvimento de forma estritamente económica, definição esta, diferente de Smith.

O crescimento económico e o desenvolvimento sustentado constituem alguns dos objetivos da maioria dos países, entretanto apenas alguns conseguem o resultado ótimo. Mais importante do que o crescimento económico é a forma como é partilhado com as demais *stakeholders* (e.g., ambiente, saúde, educação etc.).

É importante saber diferenciar a palavra crescimento do desenvolvimento. A primeira é vertida em termos de quantidade e a segunda como a melhoria da qualidade. Entende-se que, o crescimento económico é o incremento da capacidade produtiva que

normalmente é reconhecida através de alguns indicadores, a título de exemplos o PNB e o PIB; e o desenvolvimento é a utilização desse crescimento para beneficiar outros recursos.

“Na problemática do desenvolvimento local sustentável há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial, que evitem o êxodo das populações”, (Ramos, 2012, p. 29).

Poderá um país crescer economicamente e não se desenvolver? Sim, é possível! Basta, por exemplo, não registar melhoria ao nível da qualidade de vida, criação, transformação ou modernização de infraestruturas básicas (ex. transportes, criação de redes de acessibilidades etc.).

Carlos Henrique Silva (2012, p. 1), autor do artigo intitulado *Desenvolvimento Sustentável: Viabilidade Económica, Responsabilidade Ambiental e Justiça Social* afirma que, “a palavra desenvolvimento não pode ser considerada como uma crença, mito ou manipulação ideológica. Ainda, utiliza a palavra proferida pelo professor economista José Eli da Veiga quando descreve o crescimento económico como “amesquinhado”.

Ramos (2012, p. 29) disserta que, “estimulando o emprego em baixo conteúdo de importação visa o desenvolvimento endógeno, e promove emprego de forma a assegurar a sustentabilidade social e crescimento económico”. Ainda exemplifica algumas políticas como “o incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais, a afirmação da agricultura familiar, pluriatividade e o estímulo do desenvolvimento rural”.

Matos & Rovella (2010, p. 5) afirmam que “a evolução do desenvolvimento deixou de ser apenas da dimensão económica e avança para as dimensões social, política e ambiental, tornando-se mais completo, complexo e intangível”. Os autores vão mais além ao afirmar que “o crescimento económico não necessariamente seja capaz de garantir o desenvolvimento”, com base na citação de Sachs (2004) quando diz que “os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito

menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. Ainda no artigo (p.5), são citadas as palavras de Furtado (1983), “distingui o conceito de crescimento e desenvolvimento, em que o primeiro é um conjunto de estruturas complexas, essa complexidade traduz a diversidade das formas sociais e económicas e criada pela divisão do trabalho social, enquanto o segundo, compreende a ideia de crescimento, superando-a”.

Silva (2012, p. 4) faz uma síntese, que, “o crescimento e o desenvolvimento estão interligados mas que não são sinónimos”. E, descreve à base das palavras de Sachs (2002), que “o crescimento económico deve ser recetivo e implementado por métodos favoráveis à proteção do meio ambiente, em vez de favorecer a exploração predatória do capital humano e natural”. Para Bürgenmeier (2005, p. 16-17) “o crescimento económico é um indicador de bem-estar económico e um reflexo do desenvolvimento de um país, e muitas das vezes não é considerado um instrumento, mas sim um objetivo de qualquer atividade económica. Ainda salienta que embora o desenvolvimento seja mais vasto incluindo não apenas aspetos relativos à distribuição de rendimentos da riqueza, mas também diferenças culturais significativas, muitas vezes é reduzido exclusivamente ao crescimento económico”.

“São dois fatores que estão na origem do crescimento económico: a intensidade capitalística e o progresso técnico. Estes são também utilizados para debater a poluição em que, (1) a poluição pode ser controlada pelo progresso técnico; (2) o objetivo do crescimento é compatível com a proteção do ambiente; (3) a poluição só pode ser controlada se for aplicada uma política ambiental voluntarista”, (Bürgenmeier, 2005, p. 20).

O crescimento económico fez despertar novas necessidades e melhorias da qualidade de vida do Homem; por outro lado, levantam-se preocupações ao nível da sua interação dinâmica com o ambiente (v.g.: Poluição).

O ecossistema sadio e equilibrado pressupõe, em parte, que haja um desenvolvimento económico sustentável, e portanto, duradouro. Para Pereira & Curi (2012, P. 44) ecodesenvolvimento “visa basicamente uma mudança com relação ao modo de produção e consumo empregado pelo sistema capitalista (...)”.

O efeito que nós sofremos hoje sobre os problemas ambientais, desenvolveu-se a partir do momento em que houve um crescimento económico mais acentuado e o seu desenvolvimento. A utilização dos recursos poluentes começou a ser mais frequente à medida que a população mundial começou a crescer e adquirir novos hábitos. A preocupação em combater as falhas criadas no meio ambiente é recente, podendo-se citar no tempo, constatamos que o primeiro debate em torno do futuro ambiental aconteceu em Estocolmo em 1972.

Pereira & Curi (2012, p. 37) citam Ely (1998) afirmando que “os problemas de poluição e degradação do meio ambiente levaram o ser humano a reconhecer que a qualidade do meio em que vivem é a consequência do desenvolvimento económico e tecnológico do país”.

“A reflexão da curva ambiental de kuznets refere, que para alguns, o crescimento económico numa primeira fase contribui sem dúvida para a poluição, mas numa segunda fase consegue reduzi-la graças ao avanço técnico. Para outros, a prossecução do crescimento económico só contribui para agravar a degradação ambiental, o progresso técnico não consegue por si só resolver os problemas ambientais que são originados por ordem demográfica, social e ecológica”, (Bürgeinmeier, 2005, p. 21).

Entende-se que, a palavra sustentável significa gerir eficientemente os recursos, de modo que sejam reutilizados para outros fins. Veiga (2006, p. 62) acrescenta que a sustentabilidade “corresponde a administração mais ou menos eficiente de uma dimensão específica da escassez, e se os mercados dos recursos naturais trabalhassem, a preocupação com a sustentabilidade não teria surgido”. Para Ramos (2012, p. 28), sustentável é “todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também, a economia terá de ser sustentável, sendo o social um dos atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente a inclusão. A sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, ambiental, económica e social, atingindo um desenvolvimento social e económico e preservando os recursos naturais e culturais”.

Citado por Silva (2012, p. 2), Sachs (2002) afirma, que “o desenvolvimento sustentável é caracterizado por três sustentáculos, a viabilidade económica, relevância

social e a prudência ecológica”, usando os termos mais habituais, económico, social e ambiental como os três pilares da sustentabilidade.

Satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as das gerações futuras é a definição proposta pelo relatório de Brundtland. Veiga (2006, p. 86) critica que a definição do desenvolvimento sustentável “só foi aceite universalmente porque agrupou posições contrárias e só foi possível porque não nasceu definida e o seu sentido é decidida no debate teórico e na luta política”. Ainda afirma, que “ a sustentabilidade nunca será discreta, precisa e analítica ou aritmética como qualquer positivista gostaria que fosse”.

Bürgenmeier (2005, p. 50) cita a frase proferida por Beaud (1989) quando diz que “a pressão sobre os recursos é real e complexa e não tem portanto muito a ver com a pressão demográfica em si” e responde dizendo que “a citação feita, capta o essencial da polémica que envolve a noção da sustentabilidade: o modo de vida, a industrialização nos países ocidentais e a explosão demográfica nos países em desenvolvimento são identificados como as principais causas da degradação do ambiente”.

Para ter um desenvolvimento sustentável é necessário desenvolver uma estreita relação de parceria entre os países. Trabalhar em rede, o resultado que daí decorre é sem margem para dúvidas melhor e eficaz, e sabendo que o efeito poderá ser maior, foi proposto como um dos ODM, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. E ainda, de forma a colmatar os níveis da poluição, foram propostos três mecanismos (Sistema de Comércio Internacional de Emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta), em que, conjuntamente, os países com algum poder económico, poderão ajudar seus congéneres na redução das emissões. “A conquista do desenvolvimento sustentável requer estratégias complementares entre países ricos e pobres”, (Silva, 2012, p. 6).

O desenvolvimento sustentável apresenta as seguintes características nas três dimensões, segundo o quadro infra.

Dimensões	Características
Ecológica	(i) Complexidade; (ii) horizonte temporal alargado; (iii) incerteza;
Económica	(i) Precaução; (ii) valor intrínseco do ambiente; (iii) Avaliação não monetária;
Social	(i) Equidade; (ii) Responsabilidade inter-geracional.

Fonte: Bürgenmeier (2005, p. 273)

Para Andrade & Romeiro (2011, p. 12), “o desenvolvimento sustentável pressupõe a igualdade de oportunidades económico-sociais e ecológicas entre a geração corrente e futuras”. Matos & Rovella (2010, p. 9) acrescentam, que, “para alcançar o desenvolvimento sustentável, depende do planeamento a longo prazo, e de reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos”. Bürgenmeier (2005, p. 265-266) diz que, “Apenas se pode classificar como desenvolvimento sustentável as atividades económicas que a longo prazo não reduzam o capital natural atual, e qualquer utilização do capital natural deve ser substituída pelo capital reproduzível. A procura do crescimento económico está em contradição com o objetivo do desenvolvimento sustentável”.

“A noção da sustentabilidade tem obrigatoriamente raízes nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas, a ecologia e a economia, e a sustentabilidade ecossistémica corresponderia a um suposto equilíbrio, e um ecossistema se sustenta se continuar resiliente, por mais distante que esteja do equilíbrio imaginário”, (Veiga, 2010, p. 39). Veiga ainda distingue sustentabilidade “forte” da “fraca”, em que, “a primeira destaca a obrigatoriedade, de que pelo menos os serviços do capital natural sejam mantidos constantes, e a segunda é o somatório de três tipos de capital que são inter substituíveis: o propriamente dito, o natural/ecológico e o humano/social”.

Para Rodrigues (2007 p. 66), “o desenvolvimento ecologicamente sustentado só pode implantar-se com o decrescimento sustentado ou seja, a progressiva eliminação das fontes de energia fóssil e da produção de materiais esgotantes contaminantes. Ainda afirma que o decrescimento sustentável é um meio, um processo imprescindível para fazer surgir, duma forma saudável, o desenvolvimento ecologicamente sustentável”.

À medida que a economia se desenvolve, maior é o impacto que esta terá sobre o ambiente. “Os impactos gerados sobre o meio ambiente são função da escala (tamanho e dimensão) do sistema económico e do modo pelo qual se dá o crescimento económico,

que é a forma pela qual o sistema se expande”, (Andrade & Romeiro, 2011, p. 6). Para Ramos (2012, p. 31), “a mudança climática é vivida de forma diferente, e a vulnerabilidade ambiental é o resultado de fatores socioeconómicos, culturais e geográficos, e as suas consequências variam de diversas formas, entre eles, a idade, o sexo, classes sociais, os níveis de rendimento, etc., afetando sobretudo os mais desfavorecidos”.

Com base na teoria de *Millennium Ecosystem Assessment* (2005), “as alterações sofridas nos ecossistemas não são comparadas a nenhum período desde a história humana, embora tenha contribuído para o crescimento e desenvolvimento económico, esses ganhos foram sobretudo alcançados através da degradação dos serviços ecossistemas”. Andrade & Romeiro (2011, p. 8) afirmam, que “a elevada atividade humana tem provocado rápidas e extensivas alterações nos ecossistemas”.

Ao interpretar o conceito de capital natural, utilizado pelos autores Berkes e Folke (1994), com “um carácter multidimensional, no qual dimensões, ecológica, económica e socioculturais, estão relacionadas e se interagem para a promoção do bem-estar humano”. Andrade & Romeiro (2011, p. 10) afirmam que o capital natural são “todos os fluxos de benefícios tangíveis ou intangíveis prominentes de todos os recursos naturais e que são direta ou indiretamente apropriáveis pelo homem”.

Veiga (2010, p. 41-44) cita a ideia de Nordhaus & Tobin, de que “o aumento populacional sobre o crescimento da produção e a inevitabilidade da perda (*waste*) de recursos naturais são causados pelo crescimento económico. Tornando assim a essa reflexão a primeira referência obrigatória sobre os indicadores da sustentabilidade”. Ainda afirma que “usar algum dos indicadores de bem-estar em dueto com algum outro mais focado na pressão dos recursos, talvez pudesse mostrar se o país estaria a aproximar-se ou exceder o seu nível macroeconómico ótimo, e a que distância ele estaria do seu ponto máximo de sustentabilidade. A comparação de dois indicadores como esses, talvez fosse até capaz de revelar possibilidades de declínio económico e de catástrofe ecológica”.

Praticar um turismo sustentável é, hoje, umas das principais preocupações dos turistas. “Há que promover o turismo sustentável e o eco negócio, respeitando a herança

cultural, os recursos naturais, o modo de vida e o desenvolvimento económico, mantendo, ao mesmo tempo, a coesão social e a sua identidade”, (Ramos, 2012, p. 34).

Embora apresente característica de sazonalidade para muitos países/região, o turismo é um dos sectores que mais contribui para a economia. Além de abrir oportunidades a novos investimentos, permite geração de empregos, aumento do PIB, maior preservação do ambiente e das biodiversidades, etc. O turismo sustentável pressupõe que algumas condições sejam melhoradas. “O conceito do turismo sustentável aplicado ao turismo funciona como uma estratégia saudável para a procura de uma integração entre uso turístico, melhoria das condições de vida das comunidades locais e preservação do meio ambiente”, (Marujo & Carvalho, 2010, p. 150 - 151).

A existência de turismo sustentável requer que os turistas sejam mais responsáveis, de forma a estar em harmonia tanto com os fatores ambientais, sociais e culturais. Marujo & Carvalho (2010, p. 150) descrevem a ideia de Ruschmam (2008), segundo a qual “o turismo sustentável deve englobar existência de turistas mais responsáveis, que a sua interação com as comunidades recetoras no campo social, cultural e ambiental seja de forma equilibrada”. “Para que o turismo possa beneficiar importantes setores da sociedade e seja sustentável, ele deve criar um equilíbrio nas áreas económicas, ambientais, sociais e culturais”, (Cooper & al, 2007, p. 214).

É imprescindível fazer um planeamento do turismo, de forma que os recursos utilizados, (infraestruturas, ambiente, acesso a água, etc.) não se degradam, e sejam reutilizados. A sua preservação torna-se vital para a economia e possível desenvolvimento, beneficiando toda a população, país/região.

Apoiando nas palavras do Gunn (1994) ao afirmar que “o planeamento deve ser estratégico, integrador, participativo e pluralista do sentido de envolver as dimensões sociais, económicas e físicas”, Marujo & Carvalho (2010, p. 148) afirmam, que “sendo considerado o turismo como um dos mais importantes agentes da mudança, não pode deixar de evoluir sem um planeamento e este é indispensável para o desenvolvimento do turismo sustentável. Frisam ainda (p. 158), que “o turismo é um consumidor intensivo, e que exige planeamento do seu desenvolvimento, na qual deve evidenciar as causas sociais e económicas que se pretende alcançar, bem como os espaços que devem

ser explorados e protegidos”. Marujo & Carvalho (2010) salientam ainda, através das palavras de Araújo e Bramwell (2004), que “os planeadores governamentais admitem que o turismo pode ser utilizado como uma atividade revitalizadora para as economias regionais, e que pode incentivar o desenvolvimento socioeconómico e a promoção de benefícios à população de uma região ou localidade”.

Sinónimo de turismo sustentável seria ecoturismo, mas seria necessário que as preocupações ambientais estivessem presentes. “O turismo e o meio ambiente devem construir uma forte aliança para que essa coexistência seja futuramente saudável. Simplesmente rotular como ecológico não é suficiente” (Cooper & al, 2007, p. 215).

1.6. Conceitos Relevantes para o Estudo

Sustentabilidade: A palavra sustentabilidade é hoje usada quase em todas as áreas, quer sociais, económicas, culturais e, naturalmente, ambientais. O Relatório Brundtland ou “O Nosso Futuro Comum” (1997) define sustentabilidade como “atendimento das necessidades da geração atual, sem comprometer as futuras gerações na satisfação das suas necessidades” (Cooper, 2007, p. 269). Atualmente este conceito é utilizado para definir uma das palavras mais ditas quando se fala das questões ambientais, o Desenvolvimento Sustentável.

Ecossistemas: Unidade funcional onde comunidades de plantas, animais e microrganismos interagem de forma dinâmica com o meio abiótico, (Pereira, 2009, p. 721).

Turismo: A expressão turismo é muito remota, e é expressa como viagens e permanências de pessoas fora do seu local habitual com período correspondente entre um dia a um ano por quaisquer fins. A expressão mais utilizada para descrever a palavra turismo foi elaborada pela Organização Mundial de Turismo que o define como “conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”, (Cunha, 2007, p.30).

Turismo Sustentável: A Organização Mundial do Turismo refere que o desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades atuais dos

turistas e das regiões anfitriãs e, ao mesmo tempo, garante oportunidades para o futuro. É a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida, (Cooper, 2007, p. 271).

Biodiversidade: “Integra toda a variabilidade existente entre os organismos vivos, incluindo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos do qual fazem parte. Inclui a diversidade dentro de cada espécie (a nível genético), entre espécies e entre ecossistemas, (Pereira, 2009, p. 720).

Responsabilidade Social Empresarial é traduzida como diversas ações voluntárias tomadas por empresas, com objectivo de promover uma sociedade melhor. Elaborado pela Comissão das Comunidades Europeias, no ano 2002, o Livro Verde (p. 5) define RSE, como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”.

1.7. Situação Ambiental Mundial

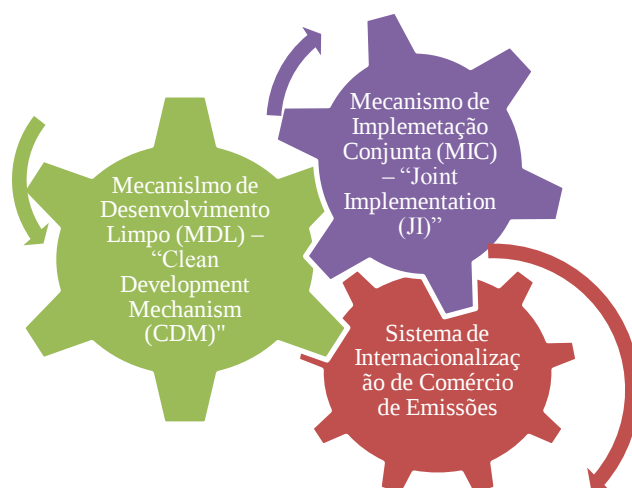
A preservação ambiental é, hoje, um dos temas mais discutidos a nível planetário. A definição de “Satisfazer as nossas necessidades sem prejudicar a geração futura” suscitou grande interesse na preservação ambiental. Com as frequentes preocupações dos desequilíbrios ambientais, em 1987 foi produzido um documento intitulado de Nosso Futuro Comum, ou o mais usado “Relatório de Brundtland”, nome, que surgiu do apelido da Ex- primeira-ministra Norueguesa, Go Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento. O documento Brundtland surgiu a partir de várias iniciativas para manter um ambiente mais sadio e equilibrado.

Posteriormente, noutra conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, que teve lugar em 1992 no Rio de Janeiro (Brasil), intitulada “**A Cúpula da Terra**” mais conhecida como “**Agenda 21**”, iniciativa que surgiu devido aos altos riscos ambientais e ao excessivo uso dos recursos naturais e descargas sobre o ambiente provocando riscos para os ecossistemas e alterações climáticas. Esse documento analisa não só as preocupações ambientais, mas também o desenvolvimento económico e social. Cinco anos após esta iniciativa, foi adotado no Japão a 11 de

dezembro de 1997, um acordo internacional de UNFCCC, “com objetivo inicial de reduzir 5% aos níveis de 1990 (período de 2008-2012) da emissão de gases com efeito de estufa”, denominado de Protocolo de Quioto, (UNFCCC, Protocolo de Kyoto, 2013).

Sabendo que os maiores níveis de gases com efeito de estufa são emitidos sobretudo pelos países industrializados, o protocolo de Quioto propõe que estes países sejam responsáveis e que assumam a liderança no combate à meta proposta de reduzir os níveis de emissão de modo a combater as alterações climáticas. De forma a cumprir com a meta proposta, a implementação deste protocolo é feita através de três mecanismos:

Ilustração 1: Mecanismos de implementação do Protocolo de Quioto



Fonte: UNFCCC, Protocolo de Kyoto, 2013

Fazem parte deste acordo segundo o UNFCCC (2013), os países¹ que integram os seguintes grupos:

Países do “Anexo I CQNUAC”: países industrializados que eram membros da OCDE em 1992 e países de economia em transição (incluindo a Rússia, Estados Bálticos e países da Europa Central e Oriental) que deviam reduzir os seus níveis de emissão no período de 2008 a 2012 em 5% a menos registados no ano de 1990.

Países do “Anexo II da CQNUAC”: países que fazem parte da OCDE, que constam no Anexo I. Estes países devem disponibilizar recursos financeiros de forma a ajudar os países em desenvolvimento a reduzir o impacto das mudanças climáticas.

¹ No anexo I, estão definidos, segundo UNFCCC, os países do Anexo I, Não Anexo I, Anexo B e os da OCDE.

Países Não-Anexo I: são países não incluídos no Anexo I e países em desenvolvimento que não tiveram grandes emissões de gases com efeitos de estufa e não possuem compromissos para a sua redução.

Anexo A: lista dos gases com efeito de estufa listada no protocolo são: “óxido nítrico (N₂O), dióxido de carbono (CO₂), hexafluorido de sulfato (SF₆), metano (CH₄), hidrofluorcarbonos(HFCs) e plurocarbonos(PFCs)” segundo United Nations (1998).

Anexo B: são os países que aceitaram a redução de gases com efeito de estufa.

Sistema Internacional de Comércio de Emissões é um mecanismo que permite aos países do anexo I (Países desenvolvidos e membros de OCDE) cumprir os seus objetivos a um preço mínimo através da negociação de emissões. Sendo assim, segundo UNFCCC, Comércio Internacional de Emissões (2013), os países que têm unidades de emissões de excedentes possam vender aos países com elevados níveis de industrialização, possibilitando, assim, necessidades de comprar emissões. Contudo, só poderão fazer negociações, os países que fazem parte do anexo I e aqueles que aceitaram reduzir os seus níveis de emissão, no período de 2008 a 2012.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), “*Clean Development Mechanism (CDM)*”, este mecanismo permite que os países de Anexo I invistam em projetos de redução de emissão nos países de Não-Anexo I, obtendo assim CERs (*Certified Emission Reduction*).

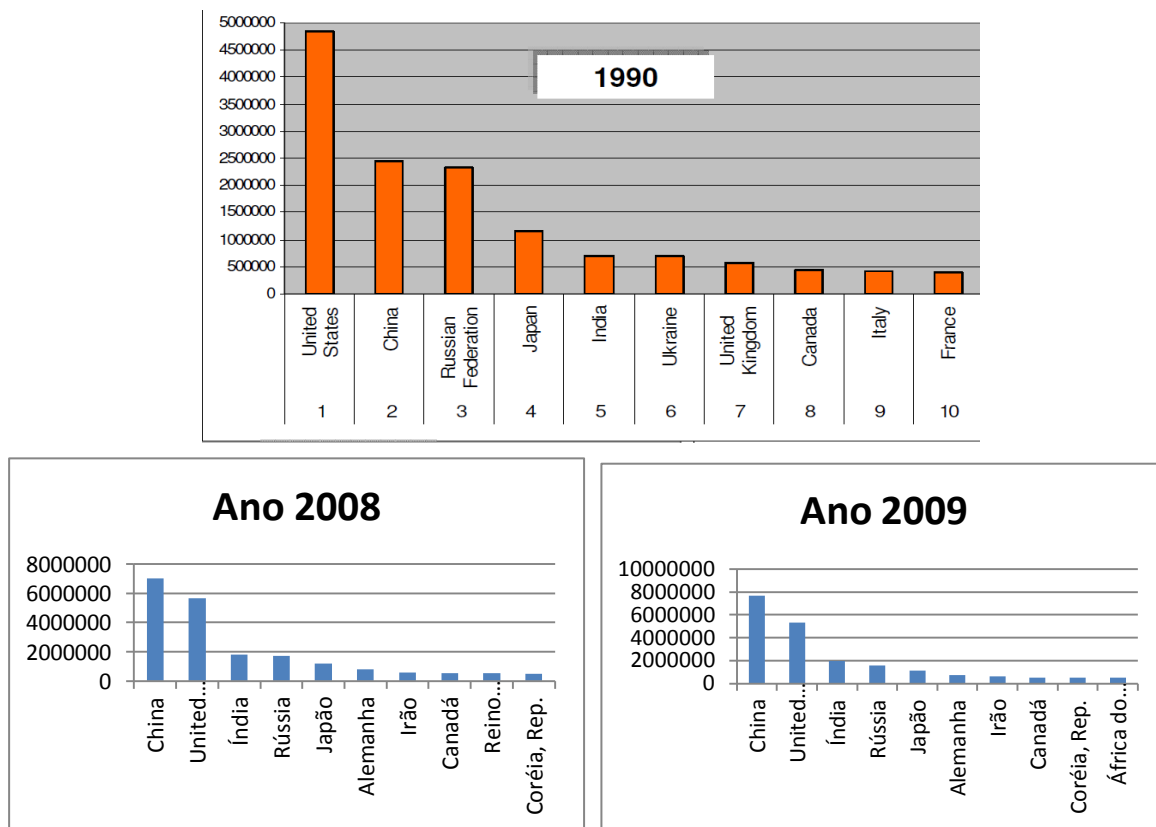
Mecanismo de Implementação Conjunta (MIC), “*Joint Implementation (JI)*”, permite aos países de Anexo I, investir noutros países de Anexo I, obtendo assim créditos de forma a reduzir os níveis de emissões de gases com efeitos de estufa através de ERUs (*Emission Reduction Units*).

Entre os anos 2008 a 2012, segundo o relatório do Banco Mundial, no *ranking* dos 10 países mais poluentes do mundo em termos de dióxido de carbono (CO₂) emitido, a China lidera o *ranking* apresentando nos dois anos consecutivos, 2008 e 2009, como o país com mais emissões, aumentando de 7037710 em 2008 para 7687114 ton. de CO₂.

Segundo a ilustração infra, em 2008, a República da Coreia aparece em décimo lugar com 508052 ton. CO₂ e um ano mais tarde mudou de posição, passando a ser a África do Sul com 499016 ton. CO₂ em décimo lugar e o Reino Unido (UK), uma vez que

reduzindo os seus níveis de emissão para 474579 ton. CO₂ passa a ficar em décimo primeiro lugar (The World Bank, 2013).

Ilustração 2: *Ranking* dos 10 países mais poluidores do mundo (ton. de emissões de CO₂)



Fonte: The World Bank (2013)

Cabo Verde com os seus baixos níveis de emissão, registando 308 ton. de CO₂ em 2008 e cuja posição foi de 176º, um ano mais tarde aumenta os seus níveis de emissão em mais de 7 toneladas passando a registar 315 ton. de CO₂. Os níveis de emissões de gases com efeito de estufa em Cabo Verde, ainda não são uma questão muito preocupante no que se refere às tendências mundiais, mas é uma questão que deverá estar sempre presente nas tendências do país. Sendo que os maiores poluidores são os países industrializados e desenvolvidos, estes, deverão arranjar alternativas de mitigar o impacto ambiental porque os países em desenvolvimento e os países pobres são os que mais saem em desvantagem quanto ao maior flagelo, o aquecimento global, ou mesmo as alterações climáticas.

Futuro do ambiente

Num dos encontros realizados em 2010, alguns dos países não chegaram a um consenso generalizado no que diz respeito à redução efetiva dos gases com efeitos de estufa. Mais tarde, no dia 8 de dezembro de 2012, na cidade de Doha em Qatar, realizou-se a mais recente encontro, com o objetivo de debater as questões ambientais. Desta reunião saiu outra meta iniciada em 1 de janeiro de 2013, cujo fim está previsto para 31 de dezembro de 2020. Durante estes oito anos os países comprometem-se a reduzir os níveis de emissão dos gases com efeito de estufa em pelo menos 18% abaixo dos níveis registados em 1990. (UNFCCC, Protocolo de Kyoto, 2013).

Conclusão:

Esperemos, assim, que o compromisso assumido pelas partes na redução dos níveis de emissões sejam cumprido eficientemente, trabalhando em parceria, segundo os três mecanismos propostos e que os países indicados em Não Anexo I, que são constituídos por países em desenvolvimento, possam reduzir os seus níveis de emissão, arranjando alternativas para mitigar as alterações climáticas.

Capítulo II: Análise Interna de Cabo Verde e o seu Crescimento Económico

Introdução

Cabo Verde é um arquipélago insular com alguma dispersão geográfica entre as ilhas, cuja população residente ronda meio milhão de habitantes², com potencial de crescimento e desenvolvimento económico, está situado em pleno oceano atlântico, ficando na encruzilhada entre os três continentes: Africano, Europeu e Americano.

Neste capítulo focaremos alguns pontos principais de modo a conhecer melhor o país no seu crescimento, tanto da sua população, economia, bem como, também, o IDH e os seus desafios para reduzir/ eliminar os obstáculos surgidos.

2.1. Análise Geográfica de Cabo Verde

Cabo Verde é localizado em pleno oceano atlântico, na costa ocidental Africana, a 650 kms, integrado no grupo de países de Sahel, de clima tropical seco, cujas ilhas são de origem vulcânica e a maioria são montanhosas. É constituído por 15 (quinze) ilhéus, todos desabitados, e 10 (dez) ilhas, nove das quais habitadas e 1 (uma) constitui a reserva natural do país. Divide-se em dois grupos: o Barlavento, que agrupa as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e o grupo de Sotavento que inclui as ilhas de Maio, Santiago Fogo e Brava.

Em termos de densidade populacional, a ilha de Santiago é a maior do arquipélago, com cerca de 992 km². Nesta ilha situa-se a capital – cidade da Praia. A ilha da Brava é geograficamente a menor, com 65km². A Ilha do Fogo, de origem vulcânica, é a mais proeminente devido a altitude do vulcão, com 2829 metros de altitude.

2.2. Análise Demográfica de Cabo Verde

Cabo Verde caracteriza-se por ter uma população jovem, cuja idade média se situa nos 26 anos. Em 2010, a população Cabo-verdiana residente era de 491.875 habitantes. Nas últimas 4 (quatro) décadas cresceu a um ritmo desequilibrado, passando de uma

² De acordo com o INECV, censo de 2010 com 491.875 habitantes.

taxa de crescimento médio anual de 1,5% na década de 80 a 90 do século passado, para 2,4% no ano 2000 e diminuído para 1,2 na última década (2010), (INECV, População e Condição de Vida). A baixa taxa de crescimento populacional está ligada à baixa taxa de natalidade, fruto do desenvolvimento do país e devido a maior reorganização familiar, porém a tendência é de diminuição à medida que as famílias vão tendo maior controlo sobre o planeamento.

Segundo ainda os dados disponíveis no mesmo portal, entre os anos 1900 a 2010, a maioria da população concentrava-se no meio urbano, com cerca de 303979 habitantes e as restantes (187896) no meio rural; em 16 dos 22 concelhos do país, a população rural é mais expressiva do que a população urbana. A maioria da população reside na ilha de Santiago, com 274.044 pessoas, a ilha da Brava continua a ser a ilha com menos residentes. Quanto ao género, a população Cabo-Verdiana manifesta uma pequena inclinação para o sexo feminino, 50,5%.

Umas das principais causas da emigração continua a ser a procura de melhores condições de vida, embora hoje já se fala de outras influências, nomeadamente o reagrupamento familiar. Estima-se, a diáspora Cabo-verdiana corresponde mais de 500 mil pessoas, número superior à população residente em Cabo Verde. Segundo os dados do IAPE³ (1998) e do censo de 2000 estima-se que a população emigrante era de 518.180 pessoas, em que os principais países de acolhimento foram os Estados Unidos da América (264.900 pessoas de acordo com IC:2010) e a Europa - Portugal continua a ser o principal mercado recetor da comunidade, acolhendo perto de 80.000 (Organização Internacional para as Migrações, 2010), e a embaixada de CV em Lisboa refere que a população é muito mais do que consta nos relatórios oficiais publicados, dado a existência de dupla nacionalidade e a situação de irregularidade.

³ Anteriormente designado por Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE) foi substituído por Instituto das Comunidades que tem como objetivo atender as necessidades da emigração.

2.3. Economia Cabo-Verdiana

A água potável apresenta-se como uma das maiores preocupações do país na medida em que o período da chuva dura apenas três meses (agosto a outubro). Com uma economia frágil e orientada sobretudo para o terceiro setor: focada especialmente no turismo que, aliás “representa mais de 70% do PIB Cabo-verdiano” (Banco Espírito Santo, 2012), permitindo maior crescimento económico do país.

A balança comercial é altamente deficitária, que é, no entanto financiada, em parte, pelas remessas dos emigrantes, turismo e apoios concessionais de países parceiros, incluindo Portugal, que é, de resto, um dos principais financiadores. Embora condicionada pela conjuntura externa (com uma forte dependência dos países externos), a economia Cabo-Verdiana tem vindo a registar melhorias significativas.

Ao longo dos 12 (doze) anos (2000-2012), o crescimento do país não só se reflete na demografia como também no crescimento do PIB, e tudo isso foi, em parte, devido à boa conjuntura económica dos seus parceiros internacionais, boa gestão dos recursos e uma política económica eficiente. Uma das áreas impulsionadoras da economia Cabo-Verdiana é o turismo, que cresce a um ritmo bastante favorável, ultrapassando pela primeira vez, em 2012, meio milhão de visitas, um valor equivalente à sua população residente.

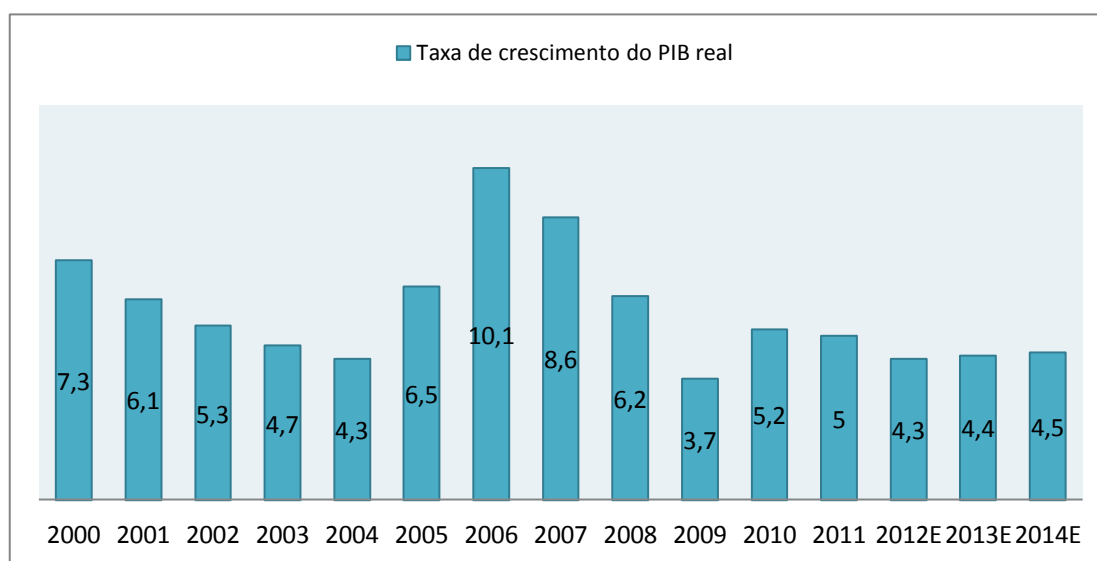
O desemprego vem manifestando tendências de crescimento de ano após ano. Registou-se um decréscimo do ano 2007 para o ano de 2008 de 15,2% para 13,0%. Em 2010, houve uma ligeira subida de 0,3 p.p. e verificando nos anos subsequentes, uma descida semelhante. Estima-se que no ano de 2012 foi de 10,0%, e para o ano 2013 terá a mesma percentagem, mas decresce para 9% em 2014⁴. Quanto à taxa média de inflação, verificaram-se tendências para a descida a partir do ano 2001, manifestando uma subida no ano 2006 fruto da subida dos preços dos bens de consumo e combustíveis e, em 2011, resultado da conjuntura económica externa e devido à forte

⁴ Segundo as informações do órgão responsável pela produção dos indicadores do emprego e do desemprego, INE, a taxa do emprego e do desemprego são calculadas para os indivíduos com 15 anos ou mais de idade ou 15 – 64 anos de idade, deixando a escolha aos diferentes países. Em termos de indicador de desemprego, é considerado desempregado todo indivíduo que não exerceu qualquer atividade económica no período de referência, estando ele disponível para trabalhar e tendo procurado ativamente um trabalho. As referências para cálculo da taxa de emprego e de desemprego são calculadas conforme as recomendações da OIT, de forma a permitir a comparabilidade internacional.

exposição do país ao exterior, (INECV, Indicadores Económicos e Banco de Portugal - 2011/2012).

Segundo o relatório do IDH, no ano 2011, O PIB *Per Capita* Cabo-verdiano situou-se no 3309\$ americano. Quanto ao Rendimento Nacional Bruto *Per Capita* foi de 3402\$ e o índice de rendimento 0.505\$.

Ilustração 3: Evolução da taxa de crescimento do PIB real de Cabo Verde (2000-2014)



Fonte: Banco Espírito Santo (2012); INECV, Indicadores Económicos e Banco de Portugal(2011/2012).

O gráfico 3 mostra nos últimos 14 anos a evolução da economia desde o ano 2000 a 2014 (previsão). Houve um aumento significativo do ano 2005 para 2006 de 6,5 para 10,1%, e uma queda na taxa de desemprego de 21,4 a 13,4% (uma das explicações para esta queda abrupta é que o país adotou uma nova fórmula de cálculo, igual aquela que é aplicada na UE). A partir do ano 2009 registou-se uma pequena quebra do crescimento no PIB, explicada em parte pela conjuntura económico-financeiro externa com o início em 2007.

Como consequência dessa conjuntura económica externa, registou-se aumento do desemprego, diminuição das remessas dos emigrantes, aumento dos preços dos produtos transacionáveis, e entre outros. Estima-se um crescimento económico de 4,5% anual entre o ano 2012 e 2014.

Segundo o *Economist Intelligence Unit* – EIU “Cabo Verde é o país mais estável da África em termos dos indicadores económicos, políticos, sociais e para investimentos”. Com projeções para o ano 2013 e ano seguinte, o EIU prevê um défice orçamental de 8,4% do PIB no ano corrente (2013) e para o ano 2014. Este organismo prevê ainda, um crescimento económico em 2013, de 4,3%, e de 4,7% em 2014.

A conta corrente poderá apresentar um défice ainda maior de 9,9% em 2014 e devido às dificuldades orçamentais dos principais mercados externos do qual o país é extremamente dependente, nomeadamente Portugal e Espanha, estarão, provavelmente a recuperar da crise económico-financeira.

Mesmo com a crise económica que começou em 2008, Cabo Verde mantém o seu ritmo para o crescimento económico. Um dos méritos desse trabalho, com base na informação do BES, foi o “segundo contrato assinado com *Millenium Challenge Corporation* em Fevereiro de 2012, que reconhece os progressos do país na redução dos custos de transporte, no desenvolvimento do sector privado, na redução da pobreza, no desenvolvimento do mercado interno e no aumento da produção agrícola (Banco Espírito Santo, 2012, p.5).

2.3.1. Balança de pagamentos Cabo-verdiana

Por ser um país muito dependente da importação, pois importa produtos alimentares, combustíveis e entre outros, Cabo Verde, viu também, as suas receitas a afundar-se, motivado pela crise económica internacional e flutuações no mercado em vários setores de atividade.

Analisando os dados de 2010 até ao primeiro trimestre do ano de 2013, a balança de pagamento Cabo-verdiano teve os seguintes resultados:

Tabela 1: Balança de pagamentos de Cabo Verde, 2010 – 2013, (em milhões de CVE)

Rúbricas	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	1º Trim. 2013
Balança Corrente e de Capital	-14.568,2	-22.957,9	-16.847,8	808,4
Balança Corrente	-17.879,0	-23.943,0	-17.954,5	688,02
Bens	-56.821,8	-67.206,1	-61.629,5	-11.158,85
Exportações	11.282,3	16.758,9	15.776,6	3.263,8
Importações	-68.104,1	-83.964,9	-77.406,1	-14.422,6
Serviços	17.132,3	20.449,0	25.907,2	7.865,03
Exportações	42.173,9	45.749,4	51.275,5	13.719,2
Transporte aéreo	14.444,0	11.250,4	10.627,2	2.721,8
Viagens de turismo	22.023,4	27.850,8	33.752,9	8.965,1
Importações	-25.041,6	-25.300,4	-25.368,3	-5.854,2
Rendimentos	-6.479,5	-5.797,9	-5.105,4	-959,4
Rend. de Invest. Diretos	-4.537,1	-3.254,7	-1.961,1	-266,7
Juros da dívida externa pública	-667,5	-851,5	-1.150,6	-351,1
Juros da dívida externa privada	-2.083,2	-2.262,2	-2.644,0	-435,4
Transferência Corrente e de capital	31.600,8	29.453,8	23.979,9	5.061,6
Transferências oficiais	11.967,2	6.414,1	6.378,8	948,8
Remessas dos Emigrantes	10.467,0	13.529,1	14.694,7	2.945,4
Balança Financeira	22.325,1	19.538,8	21.700,5	4.289,2
Investimento Direto	9.282,1	8.087,3	6.008,8	1.396,9
IDE excluindo Outro Capital	7.562,0	7.120,4	8.325,8	2.498,1
Dívida Externa Pública	14.656,7	14.265,7	17.206,9	2.422,8
Dívida Externa Privada	-714,5	1.680,0	145,2	(-558,7)
Ativos de Reserva	-2.217,8	-3.484,2	-4.059,2	1.177,8

Fonte: BCV, 1º trimestre de 2013, p. 39

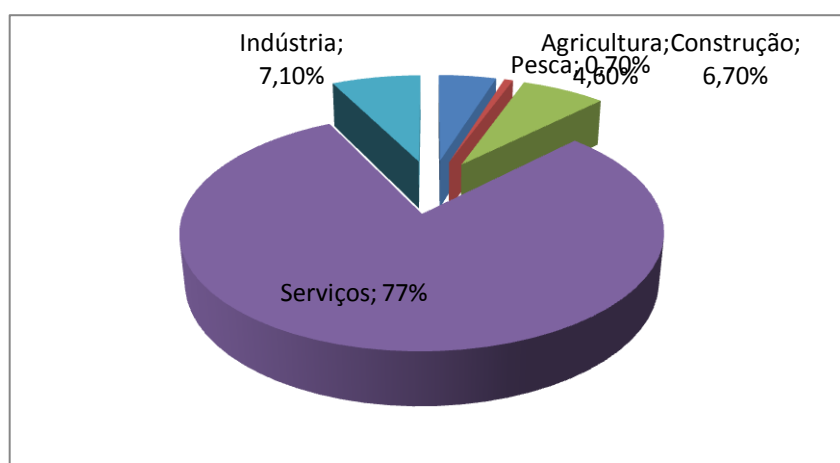
No primeiro trimestre de 2013, a balança de pagamentos revelou melhorias relativamente aos períodos homólogos, com ativos de reservas situadas em 1.177,8 milhões de CVE. Esta melhoria deveu-se, principalmente, ao aumento do saldo da balança comercial e da diminuição do saldo da balança financeira, ou seja, a balança comercial apresentou reduções dos valores da rubrica dos bens, mas apresentou melhorias nas rubricas dos serviços e rendimentos, o que permitiu apresentar um *superavit* de 688,02 milhões de CVE. A balança financeira teve a sua redução devido à diminuição das dívidas externas, principalmente a dívida pública.

A remessa dos emigrantes, que constitui uma das principais fontes da receita económica de Cabo Verde, tem vindo a aumentar desde o ano 2010, segundo o Banco de Cabo Verde, no primeiro trimestre de 2013 diminuiu para CVE 2.422,8 milhões

tanto em divisas, como também em bens. As remessas dos emigrantes provêm, em maior fatia dos EUA e da Europa, nomeadamente, Portugal e Países Baixos, onde a concentração dos Cabo-verdianos é maior.

Ilustração 4: Principais setores de desenvolvimento de Cabo Verde

A principal receita do arquipélago de Cabo Verde advém dos serviços, incluindo o turismo, com 77% do PIB, no ano 2011. O gráfico infra mostra os principais setores do desenvolvimento e o peso que estes têm na economia Cabo-verdiana.



Fonte: (BES 2012)

O sector com maior peso são os serviços, com 77% incluindo turismo, seguido da indústria com 7,10%, da construção, 6,70%, da agricultura, 4,60% e finalmente da pesca, com 0,70%.

Quanto à importação e exportação, Cabo Verde importa quase tudo, tanto para o consumo como também para o investimento. Exporta essencialmente mercadorias transformadas e tradicionais, como conservas de peixe, peixe, medicamentos, bebidas alcoólicas, roupas, e partes de calçado, (BCV 2012, p. 9). Segundo o INE, 2013, no primeiro trimestre de 2012, as importações e as exportações diminuíram em (-8,8%) e (-10,9%) respetivamente.

No *ranking* dos países importadores de produtos nacionais, em 2012, Portugal foi o principal (com 45,6%), seguido da Espanha (11,0%) e dos países baixos (9,7%), Brasil (4,7%), China (4,3%), Bélgica (3,1%) Japão (3,0%) e restantes países (18,7%). No *ranking* dos países exportadores estão a Espanha em primeiro lugar, com 74,1% seguido

de Portugal, Estados Unidos, Guiné Bissau e restantes países, com 25,1%, 0,6%, 0,1% e 0,1% respetivamente, (INE, 2013, p. 10-13).

2.4. Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde

Incluído na categoria de país de Desenvolvimento Humano Médio, no ano de 2011, Cabo Verde situava-se na posição 133º no *ranking* do IDH, mais tarde, em 2012, sobe uma posição, passando de 0, 584 para 0,586 pontos.

Tabela 2: IDH de Cabo Verde comparado com o resto do mundo

Índice de Desenvolvimento Humano				Posição 132
Ano	Cabo Verde	Desenvolvimento humano médio	A África Subsaariana	Mundo
2012	0,586	0,640	0,475	0,694
2011	0,584	0,636	0,472	0,692
2010	0,581	0,631	0,468	0,690
2000	0,532	0,549	0,405	0,639

Fonte: PNUD, 2013

Segundo a tabela 2, é de referir que desde 1980 a 2012, Cabo Verde vem melhorando a sua performance, a título de exemplo do índice de desenvolvimento humano, a partir do ano de 2010, posiciona-se à frente de todos os países da África-subsaariana, no *ranking* dos países lusófonos ficou apenas atrás de Portugal (43º) e do Brasil (85º) (PNUD, 2013), e à frente de vários países que apresentam uma economia mais dinâmica, como a Índia (economia emergente).

Cabo Verde e os indicadores do IDH

❖ Saúde

A esperança média de vida em Cabo Verde no ano de 2012 foi de 74,3 anos. Este resultado poderá ser explicado pela melhoria ocorrida pela educação alimentar, melhoria de cuidados de saúde, entre outros fatores, etc..

Quanto à taxa de mortalidade infantil que analisa a probabilidade de morte entre o nascimento a 5 anos de idade expresso por mil nascidos vivos, registou-se uma taxa de 23%, no ano de 2011, o que significa que por cada 1000 nascimentos até 5 anos de idade morreram 23 crianças. As principais causas de morte são, as afeções perinatais,

infeciosas e parasitárias, anomalias congénitas, afeções respiratórias, traumatismo e envenenamento etc., (Relatório Estatístico, Ministério da Saúde Cabo Verde, 2010).

Quanto à taxa de mortalidade materna, o indicador que analisa a relação entre o número de mortes por cada 100.000 nascidos vivos, Cabo Verde registou no ano de 2011, 48,4% óbitos, (Relatório Estatístico, Ministério da Saúde Cabo Verde, 2010).

❖ Educação

A despesa pública com a educação, em 2009, correspondeu a 5,6% do PIB (PNUD, 2013), o que constitui um valor bastante significativo, o que significa que o país tem-se mostrado eficiente na redução do número de analfabetos. Quanto à taxa de alfabetização (ambos os sexos) é de 84.3% segundo o ano de 2012 (PNUD, 2013), o que quer dizer que em cada 100 habitantes, 85 sabem ler e escrever e 15 são analfabetos.

❖ Demográficas

Quanto à taxa de fecundidade na adolescência (mulheres com idade entre 15 a 19 anos), registou-se em 2009, 94.9% (PNUD, 2012), o que quer dizer que, por cada 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 a 19 anos, a probabilidade de fecundação ronda os 95%. Quanto ao rácio total da fertilidade por mulher, foi registado, 2,6% no ano 2010, taxa essa inferior à da África, 4,4%, dos países em desenvolvimento, 2,7%, e superior aos países desenvolvidos 1,7%. Abordando a taxa de mulheres que usaram contraceptivos em 2006, foram de 30,8%, segundo o African Development Fund (2011).

❖ Desigualdade

Na educação, a perda em média de anos de escolaridade devido à desigualdade, em 2011, Cabo Verde registou 30,7%, valor inferior aos níveis dos países com baixo IDH, 39, 2%, superiores aos do DH muito elevado, 6,2%, alto DH, 18,9% e DH médio de 29,4%. (PNUD, 2012).

Devido a falta de informações disponibilizadas por Cabo Verde, não foram encontrados dados referentes a desigualdade de rendimento.

❖ Sustentabilidade

As questões ambientais são fulcrais para o desenvolvimento de um país. São vários trabalhos efetuados e em curso para garantir a sustentabilidade ambiental em Cabo Verde.

No que se refere às emissões de dióxido de carbono *per capita*, no ano de 2007 e 2008, Cabo Verde registou 0,6 toneladas de CO₂. Em termos do seu crescimento médio anual de total das emissões entre os anos 1970 a 2008, foram de 8,8% em 2007 e 4,1% em 2008 e a principal fonte de emissão de CO₂ são provenientes de consumo de energias poluentes e, consumo de setores de transportes e residenciais, (PNUD 2012).

A perda da biodiversidade é um dos problemas ambientais nacionais mais preocupantes para Cabo Verde. Quanto às espécies em vias de extinção calculadas em percentagem de todas as espécies de animais, classificadas como criticamente em perigo, ou em situação vulnerável pela União Internacional para a Conservação da Natureza, no ano 2011 Cabo Verde registou 13%, (PNUD, 2012).

Quanto ao esgotamento dos recursos naturais calculado através da expressão monetária do esgotamento mineral, energia e florestas em percentagem do rendimento nacional bruto, Cabo Verde registou 0,7% no ano 2000 e 0,1 % no ano de 2008 (PNUD, 2012). A percentagem é bastante reduzida pelo facto de o país possuir poucos recursos naturais e frágeis, apresentando vantagens competitivas e comparativas perante outros países na produção e acesso a energias verdes.

A área florestal⁵, em Cabo Verde encontra-se num número bastante reduzido devido ao clima, e a densidade do país, apresentando em 1990, 58 mil hectares por cada 1000 habitantes, passando para 82 mil no ano 2000. A partir do ano 2005 até ao ano 2008, os valores mantiveram-se constantes em 84 mil hc por cada 1000 hab, (PNUD, 2012).

⁵ Área florestal é a terra que abrange mais de 0,5 hectares com árvores de mais de 5 metros e não inclui a área sob uso agrícola ou urbano. As Áreas sob reflorestamento que ainda não atingiram, mas devem chegar a uma cobertura de 10 por cento e uma altura de 5 m são incluídas, como são áreas temporariamente sem estoque, decorrentes da intervenção humana ou causas naturais, que são esperadas para se regenerar. Exclui árvore que está em sistemas de produção agrícola, por exemplo, em plantações de frutas e sistemas agroflorestais e árvores em parques urbanos e jardins (PNUD, 2012).

No passado recente Ortet (2011)⁶, afirmou numa entrevista dada pela Televisão Cabo-Verdiana (TCV) que, “o perímetro da área florestal tem vindo a diminuir segundo os resultados que o ministério tem disponíveis das 4 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Fogo e Brava), estimando que Cabo Verde deverá ter 60% da área estimada dos 80 mil hectares e as principais causas da diminuição da área florestal advém das novas construções públicas e privadas, parcelas florestais que foram reintroduzidas para a produção agrícola”. Para melhor sustentabilidade ambiental a nível das florestas os órgãos responsáveis deverão trabalhar arduamente na sua gestão de modo a garantir os mesmos.

2.5. Cabo Verde e os Oito Objetivos do Milénio (ODM)

Desafiando e aceitando os objetivos criados pela ONU, assinado por 189 chefes do estado e do governo que participavam na assembleia das Nações Unidas no ano 2000, com o objetivo de garantir um desenvolvimento sustentado a 3 (três) níveis, ou seja, nos pilares da sustentabilidade, social, económico e ambiental, com a meta até 2015, Cabo Verde aceita este projeto, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e mais sustentada e com elevada possibilidade de cumprir a maior parte destes oito objetivos. Para cumprir estes objetivos serão necessários que todas as áreas e países trabalhem em redes, ou seja os países mais desenvolvidos deem a sua contribuição, ajudando os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento de forma a arrecadar um melhor resultado deste trabalho que beneficiará as nossas e as gerações futuras.

Cabo Verde apresentou três relatórios que avalia o progresso destes objetivos, o primeiro em 2004, o segundo em 2008 e o último em 2010 que avalia os progressos para alcançar os objetivos (Nações Unidas Cabo Verde, 2010).

Numa entrevista ao jornal *A Semana*, Petra Lantz⁷ compara Cabo Verde com muitos outros países com elevado poder de recursos naturais não têm a mesma iniciativa que Cabo Verde tem e que é um exemplo a seguir. “Cabo Verde é um “*case study* devido à

⁶ Eva Ortet, Ministra de Desenvolvimento Rural em Cabo Verde.

⁷ Coordenadora residente do sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.

sua inexistência de recursos naturais e problemas e está no caminho correto. Muitos outros, com recursos naturais, estão longe de alcançar os resultados Cabo-verdianos”. Estas palavras vão ao encontro do artigo Científico “Natural Resources and Economic Development; The curse of natural resources” (Sachs & Warner, 2001, p. 827-828), em que os autores afirmam, que os países ricos com intensidade dos recursos naturais têm uma pior performance, ou seja, os países ricos em recursos naturais mostram um lento crescimento. Pelo facto de terem poder de recursos há um aumento da divergência de opiniões, violência, o que constitui uma maldição e repercutirá para o país, e umas das consequências do poder dos recursos será o seu lento crescimento.

Segundo os 8 objetivos fixados pela ONU, até ao ano de 2009, Cabo Verde apresentou os seguintes resultados:

Tabela 3: Cabo Verde e os oito (8) Objetivos do Milénio

Objetivos	Metas definidas	Valores conseguidos	Final da meta	OBS
Erradicar a extrema pobreza e fome	Reduzir para metade da população que vive na pobreza extrema.	Redução de 39% em 1990 para 26 % em 2009.	Em 2015, 24,5% da população será pobre. Em 1999, 49% da população era pobre.	Possibilidade de cumprir a meta.
	Reduzir para metade da população em situação de insegurança alimentar.	Ano 2000: 6% das crianças menores de 5 anos estavam malnutridas; 16% da população tinha insuficiência calórica. Em 2009, 43.560 pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e 37.130 em risco de insegurança alimentar.	Espera-se uma redução de 11,5% quanto à insuficiência calórica no final	
Alcançar a educação primária universal	Proporcionar condições a todas as crianças de terminar o ensino primário.	Ano 2000: taxa líquida do ensino primário, 96%, no ano letivo 2007/08 foi de 91,7%. Taxa de alfabetização dos 15 - 24 anos, no ano 2000 foi de 95%, no ano 2015 será de 98%.	A estimativa é de 98%.	Meta cumprida.
Promover a igualdade entre os géneros e autonomia da mulher	Eliminar a disparidade dos géneros em todas as fases do ensino até 2015.	A igualdade do género no ensino primário está assegurada. Elevada disparidade na ocupação das mulheres no parlamento nacional, na justiça e no poder local.		Em 2010, este objetivo ainda não tinha sido atingido segundo o relatório.
Reduzir a mortalidade infantil	Entre os anos 1990 e 2015, reduzir em 2/3 a mortalidade das crianças com idades inferiores a 5 anos.	Ano 2000 a taxa foi “26,8% e 20,1% em 2009”.	Deverá reduzir mais 4.3 p.p.	Possibilidade de cumprimento deste objetivo.
Melhorar a saúde materna	Reduzir $\frac{3}{4}$ a mortalidade materna.	No ano 2000 foi de 86,3%, diminuindo para 53,7% em 2009.	Para cumprir este objetivo CV terá de reduzir a sua taxa para 17,3%.	Se a taxa de 2002 em 8,1% for considerada, este objetivo já foi cumprido.
Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças	Travar a propagação do VIH/SIDA e controlar a malária e outras doenças infecto-contagiosas.	Taxa de incidência da malária: 28% no ano 2000 e 1,3% no ano 2009. A Tuberculose foi de 51% em 2000 e 62,7% em 2009.	Os cidadãos estão cientes que podem fazer algo para evitar a transmissão do HIV/SIDA. A tuberculose tem-se mantido imóvel nos últimos 10 anos.	Cabo Verde terá de fazer um trabalho mais rigoroso na (in) formação dos cidadãos sobre as doenças transmissíveis.
Garantir a sustentabilidade ambiental	Desenvolvimento de planos nacionais para sustentabilidade de forma a diminuir os recursos naturais; Reduzir para metade o número da população sem acesso a água potável; Melhoria das condições de vidas para os desfavorecidos.	21% Das terras são cobertas por florestas; O acesso a água potável nas redes públicas foi de 21,1% no ano 2000 e 42,9% no ano de 2009; Construção de habitação e ETAR.	Cabo Verde tem a decorrer projetos de p.e. de Construção de ETAR, projetos ambientais em todos setores, Casa para todos, Etc.	Em 2002 foi atingida a percentagem máxima da área vegetal coberta.
Desenvolver parceria global para o desenvolvimento	Cumprimento das dívidas nacionais e internacionais dos países em desenvolvimento; implementar medidas de forma que os jovens tenham ocupação digna; negociação acessível nos preços de modo que toda a população tenha acesso a medicamentos, TICs; desenvolver um comércio aberto.	No ano 2008, para cada 100 hab. a taxa de penetração foi de: telefone fixo (14,8%) assinaturas do telemóvel (55,6 %) e internet (ADSL) 7380 assinantes”.	Benefício para Cabo Verde na sua entrada à Organização Mundial do Comércio.	

Fonte: Nações Unidas Cabo Verde, Objetivos Do Milénio - Relatório de Progresso de Execução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – Cabo Verde, 2009

Conclusão

Cabo Verde está a crescer e os indicadores que analisam o crescimento mostram um ritmo bastante interessante, que ao longo dos últimos dez anos vem-se verificando uma economia em desenvolvimento, permitindo melhorias notáveis no setor da educação, em que 85% da população é alfabetizada, o que quer dizer que em cada 100 pessoas, 85 sabem ler escrever e 98% têm acesso ao ensino primário universal. No setor da saúde verifica-se uma redução notável na taxa de mortalidade infantil (morrendo 23 crianças para cada mil nascimentos vivos no ano de 2011), mortalidade materna (morrendo 48 mães para cada cem mil nascidos vivos no ano de 2011) e o aumento da esperança média de vida. Quanto aos objetivos do milénio o país apresenta trabalhos bastantes interessantes e com possibilidades no cumprimento de muitos objetivos propostos pela ONU. No caminho certo já foram cumpridos o 1º, 2º objetivos e o 4º não está longe de ser cumprido, faltando apenas 4,3PP para se cumprir.

Capítulo III: Análise da Situação Ambiental e Turística em Cabo Verde

Introdução

A sustentabilidade ambiental é hoje uma preocupação de todos os países e a população tem demonstrado vontade de garanti-la. Cabo Verde mostra muito interesse na proteção e gestão futura do ambiente. O problema ambiental em Cabo Verde é comum a todas as ilhas e está na origem da má utilização e gestão dos recursos naturais e ordenamento do território inadequado.

Neste capítulo serão abordados os planos ambientais que Cabo Verde tem em dia, como é feita a sua gestão e como as (in) formações chegam à comunidade local.

3.1. Políticas Ambientais em Cabo Verde

A gestão dos recursos naturais é fundamental para garantir a sua sustentabilidade, e Cabo Verde é um país que deve seguir o exemplo de sustentabilidade ambiental, devido à sua vulnerabilidade das ameaças ambientais que tem sofrido, através da perda de biodiversidade, efeitos de aquecimento global, um deles, a subida do nível do mar.

Os organismos competentes vêm trabalhando na gestão dos recursos que Cabo Verde possui, desta forma alinham um plano ambiental de modo a colmatar os desvios que nos são impostos, sintetizar e gerir os recursos da melhor forma possível de modo a garantir um ambiente mais sustentável.

Já no segundo plano alinhado, denominado de Plano de Ação Nacional para o Ambiente, com projeção estabelecida de 2004 a 2014, este plano define a situação ambiental do país e as prioridades para a resolução dos problemas, e tem como objetivo fundamental “dotar uma utilização dos recursos naturais e uma gestão sustentada das atividades económicas”. Segundo o relatório, o II PANA, foi estruturado em duas fases, em que “a primeira integra as preocupações ambientais para o desenvolvimento nacional e a segunda assegura o envolvimento de integrar os responsáveis nos desequilíbrios ambientais (sectores públicos, privados e sociedade civil) na

implementação da política ambiental Cabo-verdiana”. Com vista a gerir os recursos que o país possui este plano foi traçado com os seguintes objetivos de forma a responder às necessidades ambientais: (1) Definir as principais políticas para a gestão dos recursos naturais e a sua intervenção no seu uso; (2) Identificar as oportunidades que o ambiente nos oferece bem como as prioridades do desenvolvimento; (3) Trabalhar em prol da melhoria das condições de vida das populações; (4) Tornar as questões ambientais nos planos de desenvolvimento socioeconómico e (5) Definir mecanismos estruturais institucionais, (Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2004, p. 3).

Com o enfoque dos problemas ambientais prioritários em Cabo Verde, os que constituem as mais graves, segundo Rocha & Neves, (2007, p. 17) são: elaboração e implementação de um plano nacional de ordenamento do território mais eficiente, perda da biodiversidade, degradação e poluição das zonas costeiras e diminuição da qualidade do ar.

Com este plano ainda a decorrer, o II PANA apresenta uma visão ou estratégia de forma a garantir que no final desta meta as preocupações ambientais sejam mínimas, através da: (i) Intervenção e proteção na conservação dos recursos naturais e todo o envolvente; (ii) Assegurar a educação ambiental; (iii) Trabalhar em rede no combate à pobreza; (iv) Delinear um planeamento para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e económica), dando prioridades às questões ambientais sobretudo as que constituem um risco para a população; (v) Reforçar as responsabilidades dos contribuintes nas questões ambientais; (vi) Assegurar as políticas ambientais em toda a atividade; (vii) Disponibilização de meios para o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica e (viii) Aumento de parcerias e o papel do setor privado nas questões ambientais, (Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2004, p. 11-12).

Alguns resultados obtidos com o PANA II

Nove anos após a sua implementação, o segundo plano que visa reforçar as questões ambientais na utilização de recursos naturais eficientes e a promoção de atividades económicas sustentadas, pode-se dizer que o plano está a funcionar no ritmo certo, e com vista a preservar o ambiente, foi criada a taxa ecológica que entrou em vigor em 23 de outubro de 2010, aplicada sobre as embalagens biodegradáveis importadas ou de

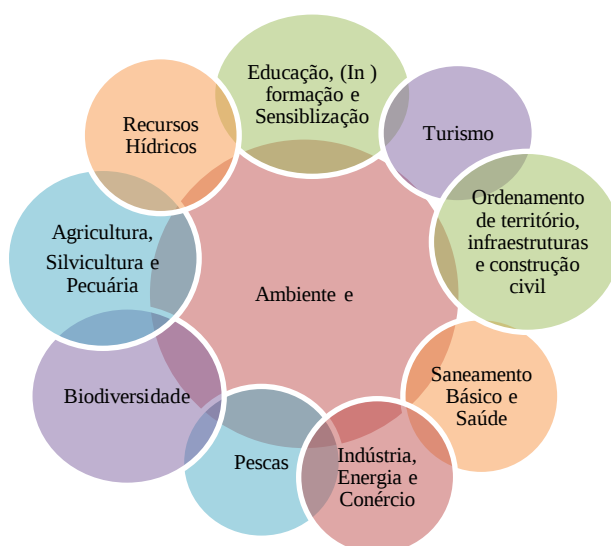
produção nacional que varia entre, CVE 2,00 a 100,00, consoante o peso dos bens, e a taxa turística que entrou em vigor no passado mês de maio de 2013.

Para além destas taxas, segundo a entrevista dada no canal televisivo, Televisão de Cabo Verde (2013), Moisés Borges⁸ afirma que está prevista a criação da taxa de inertes na luta contra a desertificação, permitindo a conservação das florestas, solo e água, etc. O outro projeto está na origem do planeamento urbanístico, que permitirá um planeamento e melhoramento da oferta e acesso a água potável para a população da capital do país. Ainda nesta reportagem, Antero Veiga⁹ afirma que este projeto permitirá melhor ligação das redes de água o que beneficiará várias zonas da capital do país.

Outros planos e projetos no foco da sustentabilidade ambiental.

São vários os projetos que Cabo Verde tem em foco para garantir um ambiente mais sadio e equilibrado. Projetos desde governamentais, instituições públicas, privadas, associativismo e outros. O setor Ambiental é transversal a todas as áreas sociais. Desta forma o II PANA integra um plano Ambiental Intersectorial denominado de PAIS composto por 9 temas conforme a ilustração 6 infra demonstrada.

Ilustração 5: Plano ambiental intersectorial (PAIS) de Cabo Verde



Fonte: Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2004, p. 12

⁸ Direção geral do Ambiente

⁹ Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

Para além dos planos supra, Cabo Verde também disponibiliza outros projetos intitulados como:

- ↳ Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde;
- ↳ Plano Nacional da Luta contra a desertificação;
- ↳ Plano de ação Florestal Nacional;
- ↳ Perfil Temático na área das mudanças climáticas em Cabo Verde;
- ↳ Etc.

Surgiram também alguns projetos associativos de muita relevância para o país como é o caso do “Projeto Cabo Verde” e “Projeto de educação ambiental em Cabo Verde”.

- ☞ O projeto Cabo Verde é de carácter voluntário com a estratégia de atuação a 3 níveis, educação e formação, saúde e sustentabilidade.
- ☞ O projeto de educação ambiental em Cabo Verde é um projeto dedicado à preservação do ambiente intitulado “de lixo ao luxo”, enfatizando os 3R’s (redução, reutilização e reciclagem), com trabalhos elaborados em oficinas na construção de diversas peças para o usufruto da população.

Para além desses projetos, muitas empresas atualmente em Cabo Verde apresentam numa das suas missões, contribuir para um ambiente mais equilibrado, compartilhando ações de carácter voluntário para a sustentabilidade ambiental. Hoje a responsabilidade social é frequente, encontrada em muitas instituições/empresas com enfoque não só na redução da pobreza mas também na proteção ecológica.

3.2. Poluição em Cabo Verde

Alguns dos recursos naturais são finitos, outras não, há uma capacidade de absorção dos limites do ambiente, e quando é sobrecarregado esse efeito torna-se recíproco.

A poluição em Cabo Verde é ainda reduzida e menos preocupante, principalmente a do ar, mas não uma questão de se esquecer ou de limitar a ser pensado. Conforme os dados do IDH de 2012, no ano de 2008, Cabo Verde registou no total 0,6 toneladas de

emissões de CO₂. Os aerossóis, mais conhecido por “Bruma Seca”, nuvens de poeiras arrastadas do deserto de Sahara, constitui um problema para Cabo Verde e cada vez mais tem aumentado, prejudicando a saúde humana e trazendo prejuízos para as companhias aéreas.

O II PANA refere que a poluição da água está normalmente ligada à sobre-exploração da água subterrânea e à má gestão da extração da água das praias. Quanto ao derramamento de óleos ainda não existe nenhum plano, o que deverá ser introduzido devido a localização geográfica, ainda que recebe constantemente tráfegos nacionais e internacionais. A poluição dos solos nas áreas urbanas, está na origem da falta de informação da população, ineficiência de infraestruturas de saneamento básico, e de normas ambientais reguladas, (Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2004, p. 7).

3.3. A política Ambiental do Poder Local e das Instituições em Cabo Verde

Ter um plano nacional ambiental é importante, melhor ainda quando é distribuído localmente, e constitui um objeto fundamental para desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por 22 municípios¹⁰ e todos têm um plano ambiental denominado de PAM – Planos Ambientais Municipais. Na elaboração do PAM, foram considerados três fases, divididas pelos seguintes municípios: (1^a) São Vicente, São Filipe, Praia, Ribeira Grande, Boavista e Santa Cruz, (2^a) Maio, Porto Novo, São Nicolau, Paúl e Sal e (3^a) Santa Catarina, Tarrafal, São Miguel, Mosteiros, Brava e São Domingos, em que o problema do ordenamento do território, educação e formação ambiental, estariam como base essencial na elaboração do plano, bem como os critérios ambientais nacionais e a capacidade técnica institucional disponível dos municípios. Os seis municípios que constituíam a primeira fase, afirmaram que a gestão dos recursos naturais e dos resíduos são de carácter prioritários no plano de atuação, (Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2004, p. 15).

¹⁰ À data da elaboração II PANA (2004) Cabo Verde era constituído por 17 municípios.

Todas as ilhas apresentam particularidades nas questões ambientais, umas que precisam de mais atenção, outras menos, as características são diferenciadas, sabendo que o reduzido ordenamento do território é comum a todas as ilhas merecendo um enfoque principal. Quanto às instituições, pode-se dizer que têm cooperado quanto se fala da sustentabilidade ambiental, garantindo um trabalho eficiente verificado através da responsabilidade social e muitas empresas ainda não o fazem. Talvez porque há falta de iniciativas, falta de meios ou até falta de informação, sensibilização ou consciencialização das pessoas. Cada vez mais a responsabilidades social empresarial com vertente ambiental tem surgido em Cabo Verde, por exemplo a empresa CV Móvel, Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Shell Cabo Verde, SARL, Cabeólica, entre outra.

Para completar o rigor no plano, o II PANA espera que as organizações tenham um desenvolvimento notável quanto às políticas ambientais, desta forma contribuindo e espalhando trabalhos de responsabilidade ambiental, criando parcerias na preservação da biodiversidade e entre outros, de forma a contribuir para um ambiente mais eficiente e sustentável.

3.4. Educação Ambiental em Cabo Verde

A educação é fundamental para qualquer tipo de aprendizagem. Não só no governo, mas também encontramos várias instituições que hoje trabalham para garantir uma qualidade ambiental.

O governo também disponibiliza um plano com o horizonte temporal de 2004 a 2014, para a sensibilização e formação da população, intitulado como Plano Intersectorial Ambiente e Educação, Formação, Informação e sensibilização. Constitui um dos temas prioritários no II PANA e vem sendo instruída desde o ano de 1990 no ensino formal. A (in) formação ambiental é disponibilizada a todos os níveis escolares com o início no ensino pré-escolar até ao ensino superior, bem como para a educação de adultos, formação profissional, e a população em geral. Além destes meios, utiliza também a comunicação social nomeadamente programas televisivas, publicidades, reportagens, etc., de forma a sensibilizar a população para a preservação do ambiente,

(Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas - Gabinete de Estudos e Planeamento Cabo Verde, p. 18-25).

Muitas das ações tomadas a cabo por empresas, associações e entre outros com carácter social estão ligadas às atividades de recolha de lixo, limpeza das praias, plantação de árvores, palestras, *workshops*, proteção e defesa das biodiversidades, ex. proteção das tartarugas careta-careta (espécie endémica), e além disso, disciplinas lecionadas nas escolas que compõem a educação ambiental.

O Plano intersectorial Ambiente e Educação, Formação, Informação e sensibilização com objetivo de formar e informar a população na preservação ambiental e os riscos associados à sua má gestão, este plano tem como meta definida de que a ação proposta, tanto em todos os níveis do ensino, bem como nos outros órgãos de comunicação (ex. professores, jornalistas animadores comunitários), sirva para mudanças de atitudes e comportamentos das populações, (Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas - Gabinete de Estudos e Planeamento Cabo Verde, p. 31).

3.5. Contabilidade Ambiental em Cabo Verde

A proposta do orçamento geral do Estado (OGE) em 2012 foi de CVE 25.919 milhões (€235.061 milhões) menos CVE 6.609 milhões previstos para o 2013. Este aumento deve-se ao facto do governo prever aumentar os seus gastos em investimentos essenciais para melhorar a sua competitividade, mas também, porque prevê aumentar as receitas na sede fiscal. O OGE (orçamento geral do estado) seguiu a seguinte distribuição:

Tabela 4: Evolução do Orçamento do Estado Cabo-Verdiano (2011-2013)

Ministérios	Em milhões de CVE		
	2011	2012	2013
Gabinete do Ministro de Reforma do Estado	616	154	390
Gabinete do Primeiro-Ministro	216	290	211
Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro	52	12	27
Ministro da Presidência Conselho Ministro	42	21	36
Secretaria do Estado de Administração Pública	131	105	118
Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro	20		
Ministro Assuntos Parlamentares	11	10	24
Ministério do Desenvolvimento Rural	2.269	2.316	3.219

Ministério das Finanças e Planeamento	620	1.361	2.043
Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima	10.120	8.346	10.073
Ministério da Administração Interna	494	331	266
Ministério da Cultura	66	43	96
Ministério da Defesa Nacional	106	49	67
Ministério da Educação e Desporto	910	1.225	1.422
Ministério da Justiça	484	428	469
Ministério da Juventude, emprego e Desenvolvimento RH	1.636	1.442	1.657
Ministério da Saúde	653	509	295
Ministério das Comunidades	20	16	21
Ministério das Relações Exteriores	21	5	6
Ministério de Ensino superior, Ciência e Inovação	97	43	121
Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território	592	689	1.814
Ministério do Turismo, Indústria e Energia	871	1.502	3.529
Comissão Nacional de eleições	69	77	
Presidência da República			
Tribunal de Contas	24	33	15
Total	20.141	19.017	25.919

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento, 2012, p. 110

De acordo com a tabela supra citada, note-se que o plano ambiental tem estado a progredir nas questões da preservação ambiental e do ordenamento do território, através do aumento dos gastos. Com um orçamento de CVE 592 milhões em 2011, ECV 689 milhões em 2012, em 2013 o valor orçamental para o MAHOT é quase três vezes mais do que aquilo que foi orçado no ano transato. Ainda se pode constatar na tabela, no ano de 2013, o MAHOT é o quinto com o maior orçamento ficando atrás do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, Ministério do Turismo, Indústria e Energia, Ministério do Desenvolvimento Rural e Ministério das Finanças e do Planeamento.

Com vista a reforçar as políticas para preservar o meio ambiente e o seu envolvente, o valor orçado em CVE 1.814M, será repartido para os seguintes programas do MAHOT: “ CVE 917M destinado para a Mobilização da Água e Reforço da Capacidade de Abastecimento; CVE 357M para a consolidação e Requalificação Ambiental e ECV 238M para o Sistema Nacional do Cadastro Predial”, (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2012, p. 113).

3.6. Análise S.W.O.T¹¹. de Cabo Verde

Na perspetiva de analisar e validar quais os impactos que o crescimento económico poderá ter sobre o meio ambiente, será importante fazer uma breve análise interna e externa de Cabo Verde de forma a conhecer melhor o país nos quatros pontos: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Tabela 5: Análise S.W.O.T. de Cabo Verde

Pontos Fortes	Pontos Fracos
↪ Posição geoestratégica entre os três continentes; ↪ População jovem; ↪ Economia em franco crescimento; ↪ Mercado dinâmico para atrair investimentos em diferentes áreas; ↪ Ilhas com grande potenciais e atrações turísticas (vulcão, sol e mar, montanhas, etc.); ↪ Estabilidade Política, económica e social; ↪ Boas condições climatéricas (clima tropical); ↪ Ambientes favoráveis para investimentos em energias renováveis; ↪ Presença de diferentes empresas multinacionais; ↪ Ambiente de negócio propício.	↪ Dependência dos mercados externos e dos combustíveis fósseis; ↪ Taxa de desemprego: 16,8% - ano 2012, segundo o INECV; ↪ Burocracias na administração pública; ↪ Insularidade; ↪ Sistema de abastecimento da eletricidade e da água deficiente; ↪ Consumo excessivo dos recursos naturais sem a sua regeneração; ↪ Insuficiência no tratamento de resíduos e falta de incentivos para o processo de reciclagem; ↪ Insuficiência de ecopontos, existindo apenas numa escola secundária; ↪ A informação e a sensibilização sobre as práticas ambientais poderão não chegar a todos os residentes.

¹¹ Sigla Inglesa que descreve os quatros pontos: S – *Strenghts*, W – *Weaknesses*, O – *Opportunities*, T – *Theats*, traduzindo para português, as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças.

Oportunidades	Ameaças
↳ Investimentos em energias verdes;	↳ Aumento dos níveis de poluição;
↳ Possibilidade de desenvolvimento de turismo ecológico;	↳ Crise económica internacional;
↳ Abertura de novos mercados;	↳ Aquecimento global;
↳ Políticas fiscais atrativas.	↳ Forte exposição económica face ao exterior;
	↳ Corrupção.

No âmbito desta análise, devemos retirar o máximo benefício dos pontos fortes, atuar no melhoramento dos pontos fracos que constituem a análise interna do país, ver as oportunidades e internalizar as ameaças para que possamos ganhar margem para mantermos mais competitivos e atrativos, reduzindo ou eliminando os potenciais riscos que daí decorrem.

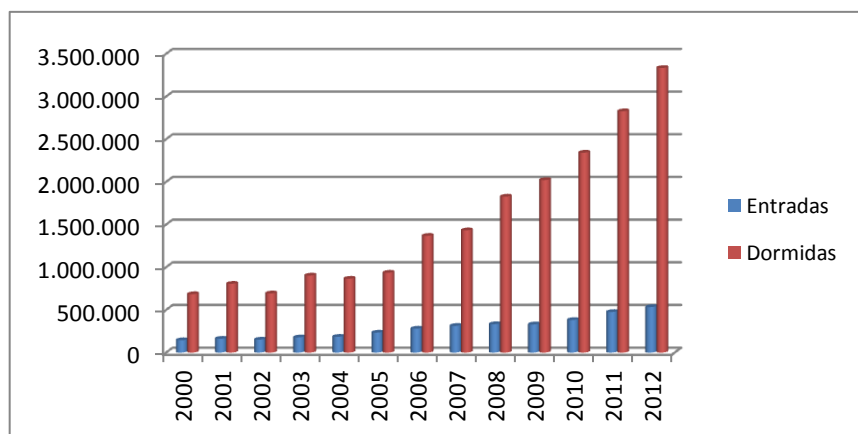
3.7. Turismo em Cabo Verde

O turismo é um dos principais motores da economia Cabo-verdiana e tem vindo a ganhar cada vez mais peso na economia do país.

Nos últimos doze anos (2000-2012) verificou-se um aumento de entradas e dormidas, passando 145.076 para 533.877 e de 162.095 para 3.334.275 respetivamente, chegando a atingir pela primeira vez na nossa história em 2012, 533.877 mil hóspedes, número este, maior do que a população Cabo-verdiana residente, o que se traduz numa contribuição económica bastante importante. Apresentando também ligeiras quedas nos anos 2002, 2004 e 2009. A partir do ano 2010, já se pode constatar um aumento maior de entradas e dormidas dos turistas, muito embora, os principais países emissores têm sido bastantes fustigados pela atual crise económico-financeira.

No primeiro trimestre de 2013, o número de hóspedes foi de 165.099, dormidas 970.272 e a estada média de 5,6 noites. Registou-se portanto um aumento face ao primeiro trimestre de 2012 em que se tinha verificado respetivamente 139.334, 901.888 e 6,2 noites nas unidades hoteleiras, (INE – Estatísticas do Turismo, 1º Trimestre de 2013, p. 9).

Ilustração 6: Entradas e dormidas dos turistas em Cabo Verde (2000-2012)



Fonte: INE - Estatísticas Económicas – Turismo (2012); INE – Estatística do Turismo 2012 – Movimentação de Hóspedes, 2013, p. 7.

Os hotéis continuam a ser o estabelecimento mais procurado, representando 85%. A ilha do Sal foi a mais procurada pelos turistas em quase todos os anos com exceção dos anos de 2011 e 2012, pois a ilha da Boavista foi a mais preferida. Reino Unido é o principal mercado emissor do turismo Cabo-verdiano e lidera já há alguns anos tanto nas entradas, como nas dormidas e estadias. No ano de 2012 continuou a liderar como o principal mercado emissor “com 21,6%, seguindo a França (13,0), Portugal (12,7) e Alemanha (12,6)”, (INE – Estatística do Turismo 2012 – Movimentação de Hóspedes, 2013, p. 9). No primeiro trimestre de 2013, a França passou a ser o líder com “16,5%, Reino Unido com 15,8%, Alemanha com 13,6%, Países Baixos com 9,3% e Portugal com 7,6%. Quanto à entrada e dormidas dos residentes Cabo-verdianos foram de 8,7% e 5,6% respetivamente”, (INE – Estatística do Turismo, 1º Trimestre de 2013, p.11).

3.8. Problemáticas do Turismo em Cabo Verde

Embora o turismo é o principal impulsionador para a economia Cabo-verdiana, existem ainda muitos constrangimentos neste setor. Um dos principais problemas que este setor vem enfrentando é a dificuldade sistemática no abastecimento regular quer da eletricidade ou da água, embora as cadeias hoteleiras reduziram esse risco ao investirem na auto produção de energia (energia verde). Pode-se identificar alguns problemas como por exemplo: i) insuficiência da capacidade instalada da energia e da água para

satisfazer as unidades hoteleiras, uma vez que a procura é superior à oferta, e ii) os preços praticados são elevados.

O PEDTCV (2010-2013, p. 62 – 93) estruturou alguns problemas com o turismo em Cabo Verde, nomeadamente: (1) acessos, existindo assim, uma insuficiência de ligação entre as ilhas e países emissores; (2) problemas de infraestruturas (e.g.: saúde, água e energia, saneamento, educação, infraestruturas turísticas, etc.); (3) problema da sustentabilidade, com uma política desenhada para a preservação ambiental e (4) problemas da monotorização do turismo.

Pensamos que para solucionar o problema do fornecimento da eletricidade e da água, e para obter um desenvolvimento do turismo de qualidade e sustentável seria necessário que, (1) na elaboração do orçamento do estado deveria disponibilizar-se um valor superior (3.529 milhões de escudos) para o Ministério do Turismo, Indústria e Energia de forma a colmatar/minimizar os problemas com a eletricidade, permitindo assim a satisfação das necessidades não só para os estabelecimentos hoteleiros, mas também, para as restantes empresas e consumidores; (2) o Ministério do Turismo, Indústria e Energia, juntamente com a empresa de fornecimento de energia e água, conseguir um plano mais eficiente no fornecimento de energia; (3) a Electra e as unidades hoteleiras deveriam estabelecer um contrato mais eficiente para aumentar a capacidade instalada para o fornecimento de energia e água, de forma a satisfazer a procura. A outra solução seria recorrer às energias verdes de forma a colmatar os desvios que a Electra apresenta.

3.9. Sustentabilidade Turística e o Ambiente em Cabo Verde

Um dos principais constrangimentos surgidos no ambiente advém do turismo e outros fatores associados a ele, e, para colmatar estes desvios o governo Cabo-Verdiano estabeleceu algumas diretivas de forma a proteger o ambiente, como é o caso da criação da lei que define as Bases da Política do Ambiente; decreto-lei para regime jurídico das áreas protegidas, para o património, para o impacto ambiental dos projetos, para proteção dos ecossistemas, etc. Foram criadas algumas legislações de forma a proteger todos os ecossistemas, criando assim, 47 áreas protegidas, 10 parques naturais, 19 reservas naturais, 6 monumentos naturais, 10 paisagens e 2 reservas integrais em todo o país, (PEDTCV, 2009-2013, p. 85 - 86).

Cabo Verde não está longe de ter um turismo sustentável, existindo ofertas para turismo ecológico e algumas ilhas já o pratica. O país deverá ainda reavaliar os seus objetivos delineados e colmatar os problemas do turismo. Desta forma, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Cabo Verde (PEDTCV) com meta de 2010 a 2013, com vista a ter um turismo sustentável e que forneça uma qualidade de vida melhor para os seus cidadãos sem pôr em causa os recursos para a sobrevivência das gerações futuras, na qual utilizou três eixos de intervenção: “ (1) aumentar a competitividade do destino Cabo Verde; (2) garantir a sustentabilidade da atividade turística e (3) maximizar interiorização e democratização dos benefícios do turismo”, (PEDTCV, 2010-2013, P. 107).

Ainda de forma a proporcionar um turismo de qualidade e sustentável o PEDTCV – 2010-2013, p. 116-117, estabeleceu alguns programas, divididos em quatro dimensões, acesso, infraestruturas, sustentabilidade e monitorização. Na dimensão da sustentabilidade com fins de garantir um turismo sustentável e uso dos recursos de uma forma racional, o programa foi delineado nas duas vertentes da sustentabilidade, social e ambiental e acrescentando a cultura à vertente, intitulados como: “ mais ambiente, para mais turismo; mais cultura para o turismo e para um turismo com rosto social”.

As preocupações dos turistas, residentes e empresas turísticas, estão cada vez mais assentes em questões de índoles ambientais, desta forma surgem novas motivações para atividade turística: (1) turismo sustentável, (2) turismo responsável, (3) Ecoturismo, (4) turismo de natureza, etc.

3.10. Impactos do Turismo – Condicionantes do Turismo

O turismo como qualquer outra atividade empresarial pode desencadear impactos negativos para o sistema do ambiente, quer direta ou indiretamente. São várias as atividades turísticas que se podem praticar em Cabo Verde, umas mais procuradas do que outras, desde turismo sol e praia, turismo desportivo, negócios, natureza, eventos, religioso, saúde e bem-estar e entre outros.

A preocupação constante na preservação do meio ambiente veio alterar os hábitos dos consumidores. Desta forma, o turismo de natureza ou ecoturismo, nos últimos anos

tem vindo a ser muito procurado pelos consumidores verdes e os novos consumidores ecológicos e a oferta é cada vez maior.

Analizando os três pilares da sustentabilidade, económico, social e ambiental, a tabela infra mostra alguns dos benefícios e inconveniências que o turismo apresenta.

Tabela 6: Impactos do Turismo nos três pilares da sustentabilidade

Pilares da sustentabilidade	Impactos	
	Positivos	Negativos
Económico	▪ Aumento de indústrias e serviços de turismo; ▪ Criação de novos postos de empregos; ▪ Crescimento e desenvolvimento da economia; ▪ Criação e modernização de infraestruturas de apoio ao turismo; ▪ Modificação positiva da estrutura económica.	▪ Dependência excessiva do turismo; ▪ Sazonalidade da procura turística; ▪ Aumento do custo de vida; ▪ Degradação de infraestruturas.
Ambientais	▪ Sensibilização e preocupação dos turistas e residentes na preservação do ambiente; ▪ Criação de programas, projetos para a preservação ambiental; ▪ Criação dos parques naturais; ▪ Maiores incentivos aos empreendedores investirem em medidas de proteção do ambiente; ▪ Convívio direto com a natureza; ▪ Incentivos à criação de pacotes turísticos com produtos verdes.	▪ Aumento dos níveis de poluição e produção de resíduos; ▪ Maior consumo da água e da energia; ▪ Congestionamento; ▪ Destruição paisagística, da fauna e da flora; ▪ Degradação dos monumentos históricos.
Sociocultural	▪ Aumento da responsabilidade social das empresas; ▪ Aumento dos níveis culturais e profissionais da população e autoestima; ▪ Valorização cultural e	▪ Alterações no modo de vida da população; ▪ Geração de conflitos religiosos, crime, prostituição, tráfico de droga, etc.;

	preservação do património histórico.	▪ Desvalorização cultural e destruição do património; ▪ Mudança da população (efeito da migração).
--	--------------------------------------	--

Para além dos impactos supra citados, existem também outras vantagens para o turismo, que também influenciarão positivamente a preservação do ambiente e vice-versa.

Existem também outras vantagens do turismo para o ambiente, em que poderá existir:

- ↳ Maior procura de transportes públicos e menos poluentes para a deslocação dos turistas;
- ↳ O aumento da prática do turismo ecológico apresenta as vantagens de minimizar o impacto nefasto sobre todo o sistema ambiental, i) favorece a interação cultural, e para além de proporcionar benefícios económicos, cria um maior incentivo à população local no sentido de preservarem o ambiente, ii) Turistas mais responsáveis; iii) Os empreendedores turísticos terão maior preocupação (e devem ser sistematicamente incentivados pelo governo) em investir ou consumir produtos de baixas emissões de CO₂.

Além das vantagens que o turismo tem para o meio ambiente, este também apresenta, por seu lado, algumas vantagens em sentido oposto. Com o surgimento de novos consumidores ecológicos a oferta é cada vez maior e diversificada, o que permitirá: i) a diversidade da oferta turística, com a vantagem de combater a sazonalidade turística de um país/região; ii) desenvolvimento região/país, o que poderá tornar-se num destino verde e contribuirá para o desenvolvimento da economia rural, o que também favorece o turismo rural; iii) com a preservação das áreas naturais protegidas, a atração dos visitantes será ainda maior e possivelmente, incentivar a procura do destino para a prática deste tipo de turismo.

Soluções para um turismo sustentável.

Com o surgimento de novos consumidores, produtores verdes e sucessivas preocupações com os danos ambientais, cada vez mais surgem alternativas para um consumo mais racional e sustentável dos recursos. Desta forma, a crescente responsabilidade social das empresas, as auditorias ambientais voluntárias, os rótulos ecológicos que defendem a compatibilidade ecológica dos produtos e a expansão do *Eco-business*, podem possibilitar, uma preocupação no que respeita à qualidade ambiental. Algumas das soluções apontadas para um turismo sustentável estão na utilização dos produtos certificados ecologicamente, rótulos ecológicos, certificação dos estabelecimentos hoteleiros, etc.

No quadro infra destaca-se algumas vantagens e inconveniências no âmbito da certificação.

Tabela 7: Vantagens e Desvantagens da certificação ambiental

Vantagens	Diminuição excessiva do consumo da água, energia e outros recursos naturais;
	Aumento da autoestima e motivação dos colaboradores e melhoria da organização interna;
	Possível aumento ou não dos turistas no destino e na unidade hoteleira;
	Melhoria da imagem perante a opinião pública;
	Possível eliminação ou melhoria perante os concorrentes;
Desvantagens	Necessidade de alterar hábitos no interior e exterior da empresa;
	A própria rapidez na preocupação da certificação poderá atingir os consumidores (ex. reduzir a qualidade do serviço/produto; consumidores insatisfeitos, etc.);

3.11. O Crescimento Económico e os seus Impactos sobre o Ambiente

O impacto ambiental é toda a alteração ocorrida no ambiente provocado pela ação humana. “Qualquer mudança no ambiente, seja adversa ou benéfica, resultantes total ou parcialmente das atividades, produtos e/ou serviços de uma organização” (ISO 14001)¹²

Podemos indicar alguns exemplos dos impactos ambientais que poderão surgir com o crescimento económico e vice-versa:

Impactos positivos

- i. Com o crescimento e desenvolvimento económico haverá maior preservação do ambiente, caso houver um plano eficiente na sua proteção;
- ii. Com o crescimento económico, a produção e o poder de compra serão maiores, poderá assim a preservação ambiental ser uma das preocupações dos cidadãos e das partes envolvidas;
- iii. Aumento das preocupações por parte das empresas, criando projetos sustentáveis;
- iv. Menor consumo dos recursos naturais escassos permitindo a sua regeneração;
- v. Tendo em linha de conta as preocupações ambientais do país, poderá possibilitar que os novos e os habituais consumidores verdes frequentem com mais facilidade o destino, permitindo assim, o seu crescimento e desenvolvimento económico;
- vi. Geração de empregos verdes;
- vii. Melhor qualidade de saúde dos cidadãos e visitantes, quando os projetos ambientalmente sustentáveis implementados forem eficientes;
- viii. Maior preservação dos recursos naturais e construídos (monumentos, arquitetura paisagística, etc.);
- ix. Reabilitação urbana e a preservação do espaço valorizado;
- x. Maior preservação da biodiversidade e das espécies em extinção, bem como a criação de áreas protegidas para a sua proteção;

¹² ISO – *Internacional Organization for Standardization* é uma norma internacional, atua de diversas formas de modo a ajudar que as organizações sejam mais eficientes e eficazes. 14001 é a norma ambiental, denominada de Gestão ambiental, que tem como objetivo procurar ferramentas de forma a identificar e controlar o impacto ambiental.

- xi. Maior consciencialização do cidadão para as questões de preservação ambiental;
- xii. O aumento do turismo permite o crescimento da economia e o seu desenvolvimento.

Impactos negativos:

- i. Perda, ou perigo para a biodiversidade, na medida em que os planos e as leis básicas do ambiente não se intercedam na preservação do ambiente nacional;
- ii. Aumento dos resíduos e poluição;
- iii. Não possuindo um plano de ordenamento do território eficiente, o tal crescimento e desenvolvimento económico poderá destruir a organização do país bem como a biodiversidade e os seus *habitats*;
- iv. Aumento do consumo da água e de energias fósseis;
- v. Degradação paisagística;
- vi. Aumento dos níveis de poluição;
- vii. A elevada procura do turismo poderá provocar danos ambientais se o plano nacional para o desenvolvimento do turismo não for executado eficientemente;
- viii. Consumo excessivo dos recursos naturais, bem como a sua degradação e degeneração.

Alguns constrangimentos ambientais em Cabo Verde

Pensamos que alguns dos problemas ambientais existentes em Cabo Verde infra listados, possivelmente, tiveram origem com o crescimento e desenvolvimento económico, nomeadamente:

- ✦ Aumentos dos resíduos;
- ✦ Aumento dos níveis da poluição;
- ✦ Aumento das infraestruturas turísticas, criadas nas orlas costeiras, que tendencialmente provocam a degradação dos ecossistemas, e a sua principal causa é a ineficiência do plano de ordenamento do território;
- ✦ Consumo excessivo da água, provocando assim a sua escassez em algumas das ilhas;

- ⇒ Degradação da flora e da fauna e riscos para os animais e plantas endémicas e em vias de extinção;
- ⇒ Elevado consumo dos combustíveis fósseis;
- ⇒ Plano ineficiente para o saneamento, bem como a deficiência dum plano para recolha, tratamento e eliminação dos resíduos;
- ⇒ O aumento dos preços dos combustíveis permitiu numa boa parte, que a confeção das refeições a gás (botija) fosse substituída pela biomassa (lenha), que é utilizada sobretudo pelos residentes do meio rural, provocando assim a degradação e a degeneração das árvores. Em Cabo Verde, o gasóleo é o combustível fóssil com maior peso no consumo, com 41%, seguido da lenha com 19,4% e o *fuel* com 16%, (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, 2008, p.8).

Conclusão:

O desenvolvimento sustentável requer a existência de um plano de ação eficiente e efetivo para o meio ambiente, como aliás também nas outras vertentes da sustentabilidade. Cabo Verde vem revelando políticas em várias frentes no sentido de garantir a sustentabilidade ambiental dos seus recursos, atuando, por isso, em frentes como, por exemplo, agricultura, pescas, recursos hídricos, educação, turismo e entre outras. A educação ambiental tem interesse inquestionável na formação e sensibilização da população local, sobretudo quando focada no comportamento socio-ambiental, *i.e.*, compreender, enquanto agentes da mudança, quais devem ser as nossas atitudes no melhoramento de todo o sistema que envolve o ambiente. Nota-se entretanto, que devida à pouca industrialização e, portanto, fraca competitividade do país, tem sido dada muito pouca atenção às questões da poluição, porém entende-se que devem priorizar esta matéria no sentido de prevenir futuras perturbações ambientais.

Pensamos que o governo deverá ter um plano mais eficiente relativamente à educação dos turistas, nacionais e estrangeiras, não só para a prática do turismo e os benefícios que este poderá ter sobre a economia mas também para o uso racional dos recursos, o seu impacto e naturalmente, a sua valorização.

Podendo também encontrar vários impactos, quer positivos ou negativos, ligados ao turismo, de forma a ter um turismo sustentável é necessário cumprir normas ambientais, proteger os recursos naturais, escolher produtos/serviços com cariz sustentável, e entre outros.

Capítulo IV: Hipótese e Metodologia de Investigação

Introdução:

A preservação ambiental é hoje a preocupação de muitas pessoas, inclusive a das empresas e do estado. Cada vez mais surgem variáveis económicas que estudam comportamentos humanos e os valores que se atribuem para a valoração ambiental.

Neste capítulo desenvolvemos o modelo da nossa investigação, ou seja a apresentação dos 2 (dois) métodos utilizados neste trabalho: o Método da Valoração Contingente e o método do inquérito através de questionário e posteriormente, apresentamos os resultados obtidos.

4.1. Valoração Ambiental

À medida que se procuram melhores condições de vida, deve-se também preocupar com o consumo dos recursos públicos (v.g.: ver tragédia do comum) e do seu envolvente. A valoração exprime a atribuição de um valor a um determinado bem em termos monetários. Poderemos então dizer que, a valoração ambiental, exprime o valor monetário atribuído a um bem ambiental.

4.1.1. Modelos da economia ambiental

São vários os modelos utilizados para estudar a economia ambiental, modelos como, por exemplo, o dilema do prisioneiro da teoria de jogos, direitos de propriedades de Ronald Coase, e tragédia dos comuns.

O Jogo do dilema do Prisioneiro implica interação dinâmica e estratégica entre dois ou mais agentes “jogadores”, cujo objetivo é “jogar” a melhor estratégia (e obter o maior *payoff* que daí decorre), ou seja, tomar uma decisão individual mais racional. Um dos exemplos mais evidenciados na literatura moderna é o caso de 2 (dois) indivíduos suspeitos de terem roubado (qualquer coisa) e são ambos presos postos em celas separadas. Se ambos os suspeitos confessarem, então apanham o mesmo ano de prisão (ex. 5 anos); se, pelo contrário, nenhum confessar, cada um dos prisioneiros apanha (ex.

2 anos), se um tentar violar unilateralmente o acordo para ser solto, o outro suspeito apanha (ex.7 anos).

Este jogo pode ser estrategicamente desenhado da seguinte forma:

Ex1:

	C	NC
C	5;5	0;7
NC	7;0	2;2

O resultado ótimo seria que ambos não confessassem, no que resultaria no **Ótimo do Pareto**, afirmando que é possível melhorar o bem-estar de um indivíduo sem diminuir o bem-estar do outro indivíduo.

Ex 2:

A/B	High	Low
High	10;10	5;15
Low	15;5	6;6

Fonte: Motta (2004, p. 544)

É então referido no jogo do Dilema do Prisioneiro que, *“This is a perfectly symmetric game that has only one Nash equilibrium (low, low). First, note that the game is very particular because each player has a dominant strategy. Whether its rival plays high or low, a player always prefers to play low. Second the outcome of the game is Pareto inferior: both players would be better off if they player (high high)”*, (Motta, 2004 p. 544-545).

Bürgenmeier (2005, p. 138) afirma, segundo a interpretação do teorema de Coase, que nos direitos de propriedade os bens são privados. Ainda salienta nas ps. 88 - 93, que “os direitos de propriedade referem-se muitas vezes à terra que durante muito tempo foi considerada um bem acessível a todos, e já não se trata de punir o poluidor ao exigir-lhe um pagamento, mas sim de aceitar a poluição como um fato reconhecido. A atribuição do direito da propriedade implica negociação entre as partes envolvidas, e se os custos ultrapassassem os benéficos esperados numa negociação não haveria transferência de um direito de propriedade”. Ainda cita a tese de Hardin quando diz que “a ausência do direito de propriedade leva à sobre-exploração da natureza”.

A tragédia dos comuns é entendida como a subexploração dum recurso comum. No caso ambiental, torna-se uma tragédia quando há um consumo excessivo do recurso ambiental, sabendo-se que este é limitado.

Elinor Ostrom, a nobel da economia, define recursos comuns, como recursos de livre acesso e deu a sua principal contribuição ao afirmar que existe rivalidade de acesso aos recursos, nomeadamente recursos ambientais. Ainda afirma, que os recursos estão a ser aproveitados de forma desproporcionados e que é possível encontrar mecanismos que regulam a sua utilização e de uma forma racional, ECOCE (2009, p. 4 - 6).

4.1.2. Características dos bens públicos

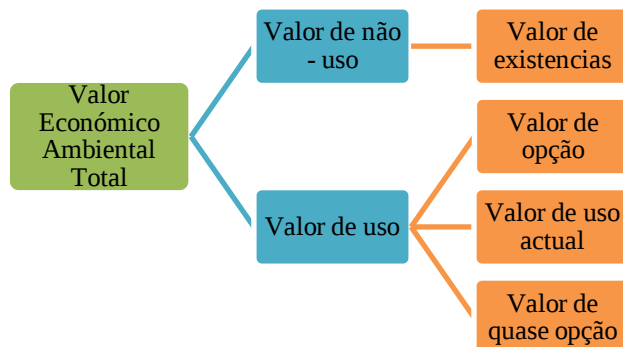
São algumas das características que se podem encontrar quando se tratam dos bens públicos, características como: (1) a rivalidade - em que, mesmo com adição de novos consumidores ao serviço, não reduz o nível de utilidade para os consumidores, (ex. pacotes de televisão); (2) a exclusão - quando os consumidores não têm capacidade de excluir os novos consumidores, (ex. Pesca); (3) e a rejeição - quando o bem é consumido por todos, mesmo que não o desejam, (ex. qualidade do ar), (ECOCE – Boletim da Sociedade Brasileira da Economia Ecológica, 2009, p. 4).

4.1.3. Valores ambientais

$$\text{Valor Económico Ambiental} = \text{Valor de Uso} + \text{valor de não-uso}$$

Um dos requisitos na escolha do método a utilizar, é saber qual o valor do bem/serviço ambiental a avaliar (podendo este ser de valor de existências, opção e uso). Podemos então traduzir a equação do valor económico ambiental total, segundo Garrod & Willis, (1999, p. 6) como:

Ilustração 7: Tipos de Valores Ambientais



O valor de não uso subdivide-se pelo valor da existência que caracteriza o valor de um bem ambiental. O valor de uso é utilizado para referenciar o momento da utilização de um bem/recurso ambiental, podendo este ser no presente como no futuro, e subdivide-se em: valor de opção,

valor de uso atual e valor de quase opção, (Garrod & Willis, 1999 p. 10-11).

4.2. Modelos e Variáveis de Investigação

4.2.1. Métodos de valoração ambiental

São hoje utilizados alguns métodos económicos de modo a responder às necessidades ambientais e cada um apresenta particularidade na sua utilização e aplicação.

Os métodos de valoração ambiental têm como objetivo analisar os custos e os benefícios ambientais sobre o bem-estar da população e dividem-se em: Método de Custo de Viagem, Método de Preços Hedónicos e Método de Valoração Contingente.

O Método Custo de Viagem ou Deslocação (MCT, sigla em inglês) é aplicado ao espaço de recreação, analisa os custos proporcionados pela deslocação, e os benefícios que o local oferece. O termo em inglês é *the Travel-Cost Metho*: “*is primarily employed to estimate the demand or marginal valuation curve for recreation sites*” (Garrod & Willis, 1999 p. 7).

O Método dos Preços Hedónicos (MPH) examina o valor que os bens ambientais têm sobre os preços dos imóveis. Para Garrod & Willis, (1999 p. 7), “*the Hedonic Price Method (HPM) is based on consumer theory which postulates that every good provides a bundle of characteristics of attributes*”.

O Método de Avaliação Contingente (MAC) avalia o comportamento dos indivíduos na sua Disposição A Pagar (DAP) e a Disposição A Receber (DAR), para valoração ambiental, através da aplicação de metodologia de questionários.

4.2.2. Apresentação do Método de Avaliação Contingente (MAC)

O Método de Avaliação Contingente, que examina as atitudes dos indivíduos perante as questões ambientais é aplicado a todos os bens ambientais e apresenta característica de uma situação hipotética, em que se oferecem diferentes valores, o inquirido escolhe a melhor situação. Segundo Bürgenmeier (2005, p. 104), os dados recolhidos permitem calcular um preço fictício de um bem ambiental, interpretado como um valor monetário teórico. Para Garrod & Willis, (1999 p. 125) o MAC, em inglês, *CVM (Contingent Valuation Methods)*, “*responses are sought from individuals as to their action contingent on the occurrence of a particular hypothetical situation*”, e ainda assegura que o “*CVM is an important tool in environmental valuation because revealed preference, or behavior in the market place, cannot value all environmental good*”.

Bürgenmeier (2005, p. 104) afirma que este método levanta objeções pelo facto de ser possível haver um desvio sistemático entre o preço fictício e real, o que pode originar em enviesamento em diversas categorias: (i) permite o enviesamento estratégico, em que o valor declarado tem de ser pago; (ii) o enviesamento do valor inicial influencia também a vontade de pagar; (iii) As respostas obtidas são muito sensíveis à ordem pela qual as informações são apresentadas tanto pela sua qualidade como pela sua quantidade e (iv) o enviesamento hipotético não permite afirmar se o valor determinado é o que efetivamente a sociedade atribuía numa situação concreta.

Segundo Garrod & Willis (1999 p. 126 - 127), O MAC apresenta duas técnicas mensuráveis na sua aplicação: Técnica de Disposição A Receber (DAR) e Técnica da Disposição A Pagar (DAP).

- ↳ A Técnica da Disposição a Receber (DAR) pretende saber quanto é que os indivíduos estariam dispostos a receber em termos monetários por uma compensação ou para aceitar um dano ambiental;

- ✎ A Técnica da Disposição a Pagar (DAP) analisa a disposição dos indivíduos em pagar um determinado valor em termos monetários para proteção ou melhoria no meio ambiente ou para evitar um dano ambiental.

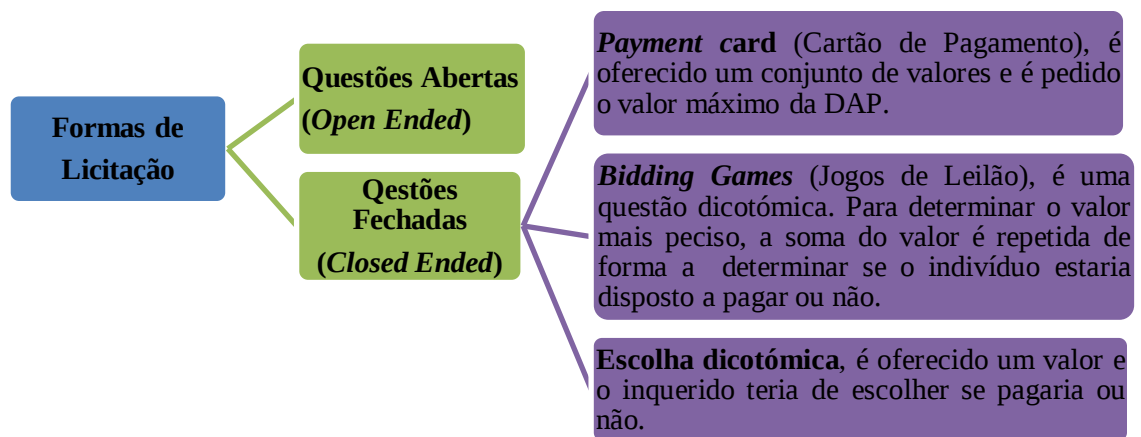
❖ Formas de licitação da DAP e da DAR

Segundo Garrod & Willis, (1999, p. 134), no Método de Avaliação Contingente a licitação é feita de duas formas, através de:

- ✎ Questões abertas (*Open-ended*), não são oferecidas nenhum valor, e é pedida o valor máximo que o indivíduo estaria disposto a pagar;
- ✎ Questões fechadas (*Closed-ended*) são oferecidas os valores e o indivíduo teria de escolher um valor, que melhor se adequa ao seu nível de bem-estar.

Ainda nas questões fechadas são feitas outras licitações, em que o indivíduo teria de especificar os valores, conforme a figura infra representada, através de:

Ilustração 8: Formas de licitação do inquérito na técnica da DAP e DAR



Fonte: Garrod & Willis, 1999 p.134-136

❖ Formas de inquirição

Existem várias formas de inquirir um determinado público-alvo, através de: entrevistas pessoais ou entrevista no local, entrevistas por telefone, questionário enviado por *e-mail* ou *online*, e questionário para preencher sozinho deixados num local público, (Garrod & Willis, 1999 p.136-137).

❖ O tamanho da amostra

É importante que no MVC, se define o tamanho da amostra com precisão. Em termos estatísticos, a amostra é chamada de população, ou seja, o número de população que respondeu ao questionário. Quanto maior for o tamanho da amostra, menor é a variação nos valores médios da DAP e o erro, (Garrod & Willis, 1999 p.138-139).

❖ A estimativa da média e da Mediana e da DAP e da DAR

O Método de Valoração Contingente permite que os valores estatísticos sejam calculados de diferentes formas, através da média, mediana, dos estimadores aparados (*trimmed*), dos estimadores modificados, do desvio padrão e de outras medidas de dispersão. A média na Disposição a Pagar e a Receber é mais fácil de ser calculada, enquanto a mediana é a mais recomendada. Os estimadores aparados (*trimmed*) são empregues quando há um enviesamento, de forma a saber o porquê das observações estarem erradas e quais os valores que devem ser excluídos dos cálculos dos valores médios. Os estimadores modificados provêm da aceitação das estimativas corretas e eliminação das respostas enviesadas ou ilegítimas quando há tendência em seguir a estratégia de *free-riding*, (Garrod & Willis, 1999 p.139-140).

❖ Verificação da validade do estudo do MVC

Para Garrod & Willis (1999 p.141-150), a validade do estudo da Valoração Contingente é feita de três formas: Validade do Conteúdo, Validade de Critério e Validade de Construção.

↳ A **Validade do Conteúdo** faz um enquadramento do estudo ao bem a ser valorizado; é difícil de medir, depende muito da experiência e do julgamento intuitivo de quem avalia, analisa-se os seguintes critérios: na análise do bem, foram fornecidas detalhes suficientes? O veículo do pagamento é realista? Os inquiridos aceitam o formato da DAP e tiveram tempo suficiente para pensar? O estudo foi bem endereçado?

↳ Na **Validade de Critério**, a questão é hipotética o que pode produzir respostas hipotéticas, porque induz o indivíduo a pensar muito sobre o valor dos bens e o valor que estão dispostos a pagar, comparando com o preço do mercado.

- ✎ A **validade de Construção** requer que em algumas circunstâncias o resultado da DAP na Valoração Contingente seja semelhante aos outros métodos, o do Custo de Transportes e dos Preços Hedónicos.

4.3. Método do Inquérito Via Questionário

A metodologia de inquéritos via questionários, é uma das ferramentas mais utilizadas para recolher, processar e agregar informações. O inquérito é entendido como um conjunto de questões dirigidas a um determinado público-alvo. “É uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 8).

4.3.1. Objetivos dos questionários

Qualquer metodologia utilizada para investigação comporta objetivos. São quatro objetivos contemplados na metodologia de inquéritos via questionários: (1) Estimar certas grandezas absolutas; (2) elaborar uma estimativa das grandezas relativas; (3) descrever uma população ou subpopulação e (4) verificar hipóteses sob a forma de relações entre duas ou mais variáveis. E é considerado este último como o mais importante, segundo os autores (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 106).

4.3.2. Escalas de Medidas

Quanto à escala de medidas do questionário, segundo Hill & Hill (1998, p. 25-34), existem quatro: escalas nominais, ordinais, intervalos e de rácio.

A escala nominal é um conjunto de categorias de respostas qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas. A escala ordinal admite uma ordenação numérica das respostas alternativas. A escala de intervalo apresenta característica ordinal e adicional, em que o primeiro, o valor numérico mais elevado na escala indica uma quantidade maior da variável medida, e o segundo as diferenças nos valores numéricos indicam diferença na quantidade da variável medida. A escala de rácio tem todas as características das escalas do intervalo, mas tem uma característica adicional, em que o valor zero não é arbitrário, ou é absoluta ou real.

4.3.3. Tipo de Questões

Existem 4 tipos de questões, segundo os autores Ghiglione & Matalon (1992 p. 114-121): (1) questões que se debruçam sobre opiniões, atitudes, preferências, etc., (2) questões que se debruçam sobre os factos; (3) questões abertas, em que o inquirido responde abertamente, dando comentários, opiniões, etc., e 4) questões fechadas, colocadas uma lista de respostas pré estabelecidas e o inquirido terá de escolher a resposta mais adequada.

4.4. Metodologia de Investigação

Introdução

No início do mês de maio de 2013, entrou em vigor a taxa turística a aplicar sobre a entrada dos turistas nas unidades hoteleiras Cabo-verdianas. Taxa esta, no valor de CVE 220,00 (€2,00), aplicada para as estadias até 10 dias, liquidada em moeda local, e aplica-se apenas aos turistas com idade superior a 16 anos. O montante arrecadado será canalizado nos investimentos do sector do turismo, nomeadamente na proteção do ambiente, na estruturação da oferta turística, na sua promoção, na segurança e na formação.

4.4.1. Objeto e objetivo do Estudo

O objeto deste estudo é a proteção ambiental em Cabo Verde, foi elaborado através de questionário e tem como objetivo avaliar o comportamento dos turistas e dos cidadãos Cabo-verdianos sobre o ambiente e o valor que estão dispostos a pagar para a sua preservação.

Este questionário permitiu-nos, numa primeira fase, traçar o perfil socioeconómico dos inquiridos, nomeadamente a idade, o sexo, a habilitação académica, a profissão, o rendimento, a nacionalidade e o país de residência. Na segunda fase, permitiu-nos saber um pouco mais sobre os turistas e os cidadãos Cabo-verdianos, quanto às suas opiniões sobre a taxa aplicada aos turistas nas unidades hoteleiras em Cabo Verde e o comportamento perante a proteção ambiental, através duma contribuição financeira.

4.4.2. Utilização do método e formas de licitação

Para a valoração ambiental em Cabo Verde, foi utilizado o Método da Valoração Contingente (MVC), através da técnica “Disposição A Pagar” (DAP) dos turistas e dos cidadãos Cabo-verdianos. Este método visa determinar um valor que os indivíduos estariam dispostos a pagar para a preservação ambiental em Cabo Verde. O valor médio estabelecido deveria ser utilizado como o preço do mercado a pagar para a preservação ambiental. Foi também utilizado o método de inquérito via questionário.

Na aplicação do questionário, através da técnica DAP, foi utilizada a técnica binária, cuja resposta é “sim ou não”, e a licitação de *closed Ended* (Questões fechadas), através de *Payment card*, onde foram dados um conjunto de valores, e o inquirido teria de escolher um valor no qual consideraria a sua disposição máxima a pagar para a preservação de um bem ambiental.

4.4.3. Formas de Inquirição

O questionário foi realizado *online*, através do *e-mail* dinâmico da FEP – UP, (enviado para 5715 pessoas, incluem-se os funcionários, estudantes, de diferentes graus de ensino e de diferentes cursos e nacionalidade) e através da rede social *Facebook* (para 797 pessoas de diferentes nacionalidades), tornando estes o público definido.

4.4.4. Parâmetros Adotados

A primeira fase do questionário sobre a Disposição A Pagar (DAP), conta com a hipótese do pagamento da taxa turística nas unidades hoteleiras para a preservação ambiental. Já na segunda fase foram oferecidos os seguintes valores como a DAP para a proteção ambiental:

- ✎ Para os turistas: €1,00; €2,00; €3,00; €5,00 e mais de €5,00.
- ✎ Cidadãos Cabo-verdianos (em Escudo de Cabo Verde¹³): CVE 50,00 (correspondente a €0,45); CVE 100,00 (€0,90); CVE 200,00 (€1,81); ECV 300,00 (€2,72); e mais de CVE 500,00 (€4,53).

¹³ A moeda Cabo-verdiana, o escudo, tem uma taxa de referência fixa, em que CVE 100,00 corresponde a €0,90.

Então podemos resumir que os parâmetros adotados, que constituem as nossas variáveis, são: a idade, o sexo, a habilitação académica, a profissão, o rendimento, a nacionalidade, o país de residência e a DAP.

4.4.5. Aplicação do Questionário

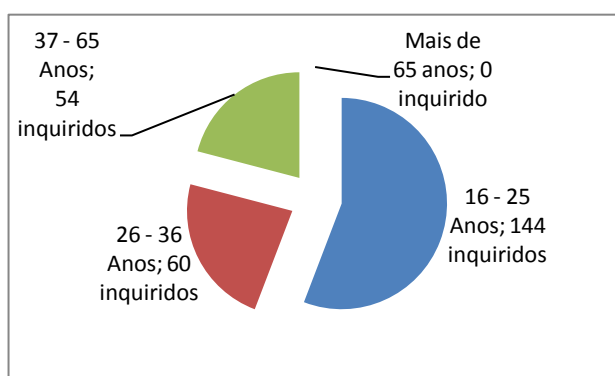
Após a fixação dos parâmetros, deu-se a realização do questionário a 6241 pessoas. Até à data da análise do resultado (11/06/2013), obtivemos o tamanho da amostra de 263 respostas, sendo que 5 (cinco) respostas constituem o enviesamento, dado à sua repetição, e o não fornecimento da DAP pelo que não serão considerados.

Capítulo V: Apresentação e Análise dos Resultados

O tamanho da amostra do questionário é de 258, obtivemos as seguintes respostas, das quais iremos desenvolver por ordem das questões colocadas:

Caracterização Socioeconómica

1. Idade



Os indivíduos que responderam ao inquérito têm idades entre os 16 e 65 anos, embora fosse utilizada mais de 65 anos de idade como parâmetro, mas não tivemos quaisquer resultados.

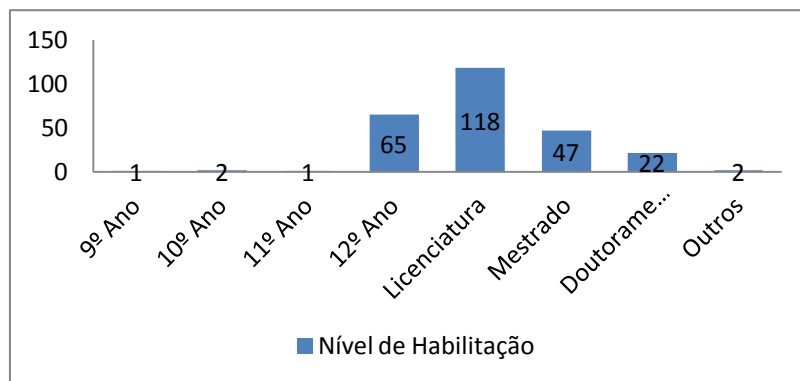
É de notar que a maior parte dos nossos inquiridos têm idade situada entre os 16 e os 26 anos, com 144 respostas. Utilizamos a idade a iniciar dos 16 anos, dada que a taxa aplicada nos estabelecimentos hoteleiros são para os turistas com idades superiores aos 16 anos.

2. Sexo

A maioria dos nossos inquiridos é do sexo feminino, com 152 respostas, e 106 é do sexo oposto.

3. Habilitação Académica

Quanto ao grau do ensino, a maioria dos nossos inquiridos possuem a licenciatura seguida de 12º ano, frequentam mestrados e doutoramentos. Esta questão divide-se pelo seguinte:



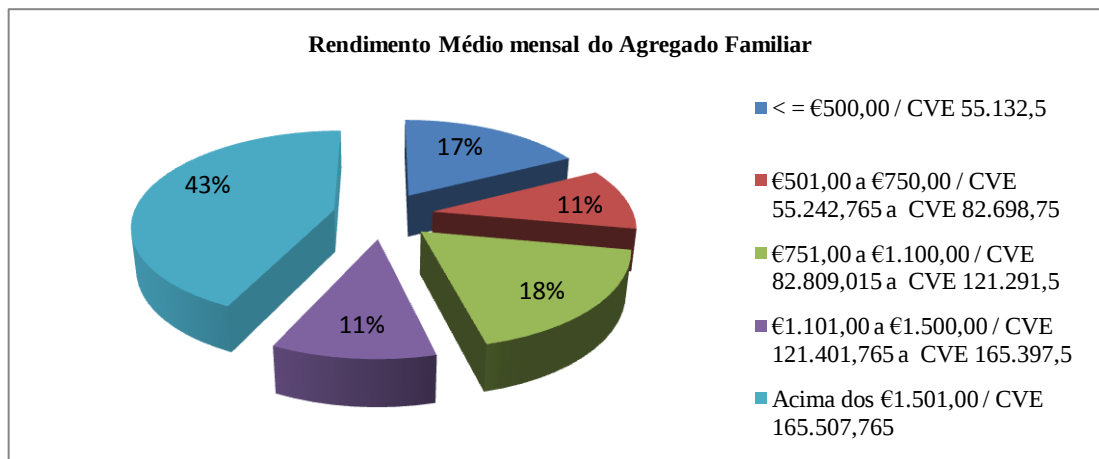
Podemos dizer então, que os nossos inquiridos possuem um grau de ensino elevado, o que poderá muito influenciar nas respostas e o melhor tratamento do questionário, uma vez que possuem maior responsabilidade em responder às questões.

4. Profissão

No que concerne à situação profissional dos nossos inquiridos, podemos encontrar: estudantes, desempregados, aposentados, estagiários, e empregados. Os empregados são de diferentes áreas, tais como: Administrativa, gestor, analista, advogado, assistente, auditor, bancário, condutor, consultor, contabilista, cozinheira, empresário, engenheiro, economista, professor, diretor, e entre outros. Quanto à posição dos nossos inquiridos na maioria são estudantes, com 140, em segundo lugar estão os professores, com 17, e em terceiro lugar os gestores, com 10 inquiridos.

5. Rendimento Médio Líquido Mensal do Agregado Familiar

Quanto a esta questão supra colocada, foram agrupadas e cambiadas em duas moedas nacionais, o Euro (€) e o Escudo Cabo-verdiano (CVE). Desta forma, obtivemos as seguintes respostas quanto ao rendimento do agregado familiar:



É possível verificar neste gráfico, que a maioria do agregado familiar dos nossos inquiridos possui um rendimento médio mensal líquido acima dos €1.501,00 que correspondem a 111 inquiridos. Nas escalas dos rendimentos, a primeira corresponde ao número de 45 inquiridos, a segunda de 27, a terceira de 47 e a quarta de 28 inquiridos.

6. País de residência e Nacionalidade

A maioria dos nossos inquiridos reside em Portugal com 243, e 11 residem em Cabo Verde, encontramos também residentes no Brasil, nos Estados Unidos da América e na Holanda. Quanto à nacionalidade, uma vez que o inquérito foi aplicado na FEP, a maioria dos inquiridos são portugueses, com 233, 18 são Cabo-verdianos, também encontramos nacionalidade Brasileira (3), Italiana (2) e Americana (2).

Turismo em Cabo Verde

Passando para a questão do turismo em Cabo Verde, com objetivo de saber, quantas pessoas já visitaram Cabo Verde e com que regularidade obtivemos as seguintes respostas: 32 inquiridos referiram que já visitaram Cabo Verde e 208 ainda não o visitaram. Na maioria, só fizeram uma visita a Cabo Verde nos últimos cinco anos.

Tivemos também, inquiridos que visitaram este país com alguma frequência cinco, três e duas vezes.

Dos 208 que afirmaram que nunca visitaram Cabo Verde, 162 têm interesse em visitar e 46 não têm. Pensamos que o motivo que se associa do não interesse na visita a Cabo Verde está na origem da situação financeira, uma vez que, o rendimento médio mensal do agregado familiar desses inquiridos são baixos, situados entre, $\leq$ €500,00 aos €1.500,00. Na visita a Cabo Verde, todos os inquiridos responderam que se hospedaram nos estabelecimentos hoteleiros.

Resumo:

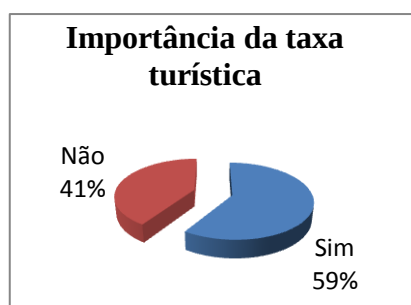
Através da tabela infra, podemos analisar melhor a questão da viagem dos inquiridos a Cabo verde.

Nº de Inquiridos		Visitou Cabo Verde?	Com que frequência?	Caso não visitou, tem Interesse em visitar?	Hospedou-se nas unidades hoteleiras em CV?
240	Sim	32	1X – 26 2X – 3 3X – 2 5X - 1	162	32
	Não	208		46	0

Preocupação Ambiental dos Turistas

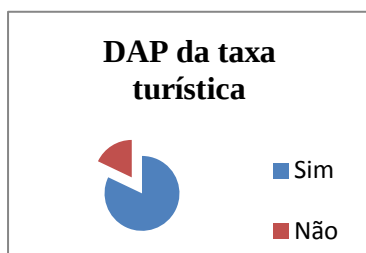
As questões que fazem parte do tema infra têm como objetivo avaliar a preocupação dos turistas e quanto estariam dispostos a pagar para a valorização ambiental em Cabo Verde e foram feitas as seguintes questões:

1. Considera importante que o governo Cabo-verdiano imponha um custo diário de estadia para os turistas para criar um fundo para financiar o sector do turismo?



Uma vez que a taxa a aplicar servirá para financiar o setor do turismo e em parte o ambiente, 142 inquiridos de diferentes nacionalidades, exceto Cabo-verdianos, responderam que sim e 98 responderam que não.

2. Está disposto a pagar a taxa turística nos estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde, sabendo que esta se destina em parte para a preservação ambiental?



Quanto a esta questão 197 inquiridos responderam que sim e 43 responderam que não.

- 2.1. Os inquiridos que responderam que não estariam dispostos a pagar a taxa aplicada nas unidades hoteleiras, propuseram as seguintes medidas alternativas de forma a resolver a situação:

Que as empresas de todo o sector contribuíssem, para o fundo do turismo;

Que a taxa fosse incluída nos preços dos pacotes de modo a que os turistas não sentissem esse efeito;

As empresas que lucram com o turismo, os estabelecimentos hoteleiros, os operadores turísticos e o comércio, pagassem uma taxa para o fundo do turismo;

O estado Cabo-verdiano deveria obter fundos através dos impostos cobrados à população Cabo-verdiana;

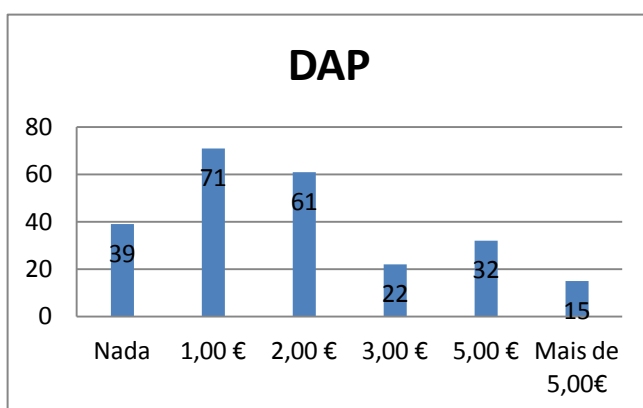
Sensibilizar e educar os habitantes para a preservação ambiental;

Deveria ser aplicado uma taxa em certos serviços prestados aos turistas;

A taxa deveria ser paga pelos residentes e a partir de um certo número de visitas, os turistas poderiam pagar a taxa.

3. Quanto é que estaria disposto a pagar (DAP) para a preservação ambiental em Cabo Verde?

Esta questão evidencia o valor disposto a pagar pelos turistas para a preservação do ambiente em Cabo Verde. Foram colocados à disposição da população os seguintes valores e o inquirido aceitava o valor que melhor se adequa ao seu bem-estar: €0,00; €1,00; €2,00; €3,00; €5,00 e mais de €5,00. Tendo em conta os 240 inquiridos, os resultados da DAP foram os seguintes:



O valor mais procurado como o valor máximo para a proteção ambiental em Cabo Verde foi de €1,00.

Podemos também ver, que os valores superiores a €1,00€ são também muito aceites, o que significa que o ambiente tem um preço elevado.

Podemos então concluir, que uma boa parte dos indivíduos (39), não estão dispostos a pagar para a proteção ambiental em Cabo Verde. A maior parte dos inquiridos (71) estão dispostos a pagar €1,00; 61 inquiridos com €2,00; 22 com €3,00; 32 com €5,00 e 15 inquiridos estão dispostos a pagar mais do que €5,00, para a preservação ambiental em Cabo Verde.

Preocupação Ambiental dos Cabo-verdianos

Com o objetivo de conhecer o comportamento e a opinião que os Cabo-verdianos formulam sobre o ambiente e o preço que estão dispostos a pagar para a sua preservação, esta parte do questionário foi estruturada da seguinte forma: a primeira e a segunda pergunta da fase da preocupação ambiental dos Cabo-verdianos foram iguais à primeira e segunda pergunta da fase da preocupação ambiental dos turistas, de forma a obter opiniões dos Cabo-verdianos sobre a taxa turística nas unidades hoteleiras.

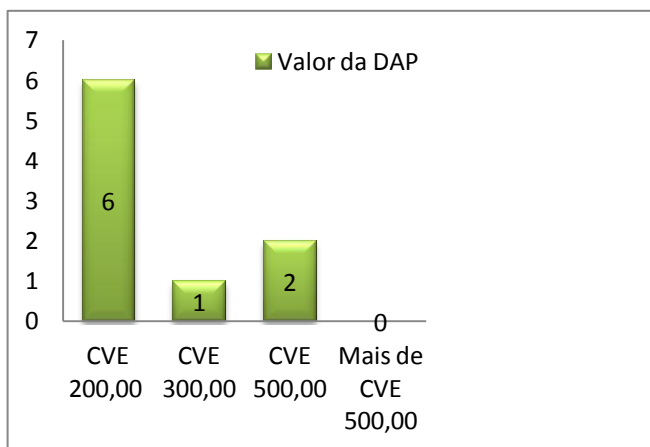
Tivemos as mesmas respostas na pergunta 1 e 2. Na primeira questão, se os cabo-verdianos consideram importante que o governo imponha um custo diário sobre os turistas com objetivo de financiar o fundo do turismo, 17 inquiridos responderam que sim e 1 inquirido respondeu que não. Na pergunta que referia se estariam dispostos a pagar essa taxa, 17 inquiridos responderam que sim e 1 inquirido respondeu que não.

3. Se é Cabo-verdiano residente na diáspora, na sua viagem ao país de origem tenciona contribuir financeiramente para a preservação ambiental?

Dos 18 inquiridos Cabo-verdianos, **9** residem fora de Cabo Verde, dos quais 8 vivem em Portugal e 1 na Holanda. Dos **9** inquiridos que residem na diáspora, todos disseram que tencionam contribuir para a proteção ambiental quando forem de viagem a Cabo Verde.

3.1. Caso afirmativo, por favor indique qual é a sua Disposição a Pagar-DAP (em Escudo Cabo-verdiano – CVE).

Foram dados os seguintes valores como a DAP, e o indivíduo teria de escolher um valor que mais se adequa ao seu nível do bem-estar: CVE 200,00; CVE 300,00, CVE 500,00 e mais de CVE 500,00, obtivemos os seguintes resultados:

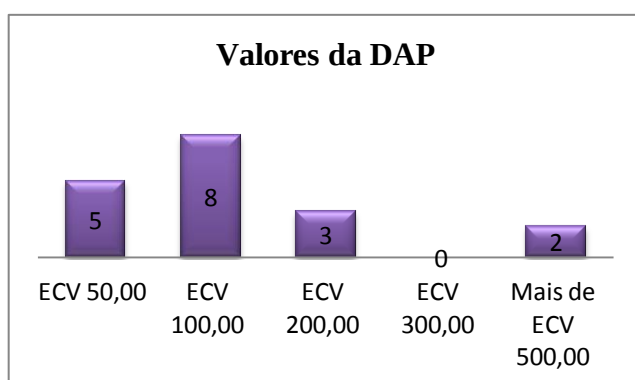


Dos 9 inquiridos que residem na diáspora Cabo-verdiana, 6 estão dispostos a pagar CVE 220,00 (€2,20); 1 inquirido CVE 300,00 (€3,30) e 2 inquiridos CVE 500,00 (€5,50). Quanto ao último valor oferecido, não obtivemos quaisquer resultados.

4. Caso estivesse a residir em Cabo Verde gostaria de contribuir com um montante mensal para a proteção ambiental?

Com uma situação hipotética, dos dezoito (18) inquiridos Cabo-verdianos, todos responderam que estão dispostos a contribuir com um valor mensal para a proteção ambiental em Cabo Verde.

4.1. No caso afirmativo da Disposição A Pagar, foram oferecidos os seguintes valores: CVE 50,00; CVE 100,00; CVE 200,00; CVE 300,00 e mais de CVE 500,00 e obtivemos os seguintes resultados:



Dado o baixo salário mínimo nacional no valor de 110.000 ECV (99,75€), os valores mais escolhidos pelos inquiridos foram 100,00 ECV e 50,00 ECV. Pensamos que os valores escolhidos são razoáveis, e se todos os

contribuintes dispensassem pelo menos ECV 50,00 do seu rendimento teríamos um ambiente mais sustentável.

4.2. No caso da não Disposição A Pagar, foram solicitadas que propusessem alguma medida alternativa para resolver a situação.

Nesta questão não tivemos nenhum resultado, porque dos 18 inquiridos todos responderam que estão dispostos a contribuir financeiramente para a proteção ambiental em Cabo Verde.

5. Na sua opinião, qual seria a prioridade na utilização das verbas para a proteção ambiental?

Antes de mais, podemos referir que, as opiniões facultadas foram muito interessantes para o tratamento de dados e propostas de melhoria para o país. As opiniões foram as seguintes:

Proteção das espécies marinhas, das árvores, e de toda a biodiversidade em extinção;
Valorização dos serviços prestados pelo setor do ambiente e de saneamento público através do aumento salarial;
Criação de um centro de tratamento e reciclagem do lixo;
Recolhas do lixo;
Proteção das praias;
Campanhas de mobilização e sensibilização sobre a proteção ambiental;
A verba arrecadada se destinasse para o orçamento do governo;
Mais segurança no parque natural;
Limpeza e manutenção das praias;
Conservação e expansão dos espaços verdes;
Educação ambiental nas escolas primárias, para que possamos vir a ter uma geração mais preocupada com a conservação do meio ambiente e dos ecossistemas.

Média da DAP

O valor da Disposição A Pagar (DAP) neste questionário é meramente hipotético, servindo só, para auferir dados sobre os valores aceites na preservação ambiental em Cabo Verde.

Com os dados obtidos do questionário, foi aplicado no programa *E-views*, disponibilizado na FEP, com o objetivo de calcular a máxima Disposição A Pagar para a preservação ambiental em Cabo Verde para as duas subpopulações: preocupação ambiental dos turistas e preocupação ambiental dos Cabo-verdianos.

Foram utilizadas as seguintes variáveis:

- Variável dependente – DAP
- Variáveis independentes com as seguintes designações: Idade (ID); Rendimento (RD); Sexo (SEX) e ocupação como Estudante (DST).

As variáveis idade e rendimento foram distribuídas por categorias. O sexo é uma variável *dummy*, sendo 1 se é mulher e 0 se é homem, bem como a *dummy* DST (estudante) = 1 quando a ocupação é estudante.

Tabela 8: Média da DAP dos Turistas e Cabo-verdianos

Média da DAP para os turistas		Média da DAP para os Cabo-verdianos	
Sample: 1 261 IF NAC=0		Sample: 1 261 IF NAC=1	
DAP		DAP	
Mean	2.045833	Mean	1.334444
Median	2.000000	Median	0.910000
Maximum	5.000000	Maximum	4.530000
Minimum	0.000000	Minimum	0.450000
Std. Dev.	1.679928	Std. Dev.	1.247445
Skewness	0.713013	Skewness	1.918135
Kurtosis	2.312029	Kurtosis	5.453505
Jarque-Bera	25.06857	Jarque-Bera	15.55249
Probability	0.000004	Probability	0.000420
Sum	491.0000	Sum	24.02000
Sum Sq. Dev.	674.4958	Sum Sq. Dev.	26.45404
Observations	240	Observations	18

¹⁴Quanto à DAP dos turistas, obtivemos os seguintes resultados: média, €2,04; mediana, €2,00; valor máximo, €5,00 e o valor mínimo €0; quanto à dos Cabo-verdianos obtivemos €1,33 (CVE 146, 65) como a média, €0,91€ (CVE 100) como a mediana, €4,53 (CVE 499,5) como o valor máximo e €0,45 (CVE 49,62) como o valor mínimo. Apesar da maioria do agregado familiar dos nossos inquiridos ter um rendimento elevado, a média neste estudo para as duas subpopulações foi baixa porque, embora o indivíduo tenha um rendimento elevado, este tem o comportamento igual ao dos outros indivíduos, no que diz respeito à questões ambientais, e, não estaria disposto a pagar um valor mais elevado ou por algum motivo não paga para a sua proteção, o que muitas das vezes é conduzido à questão de *free-riding*, em que, tem a preferência por, um ambiente mais sadio mas não participam nos respetivos custos para a sua melhoria. Pode-se constatar nas DAP aceites que os valores mais procurados foram €1,00 e CVE 100,00.

¹⁴ Na DAP pelos turistas, o valor mais de €5,00 foi considerado também €5,00 e na DAP dos Cabo-verdianos foi considerada que ECV 100,00 correspondia a €0,91.

Tabela 9: Estimação da variável dependente com a variável independente

A tabela infra, mostra a estimação da variável dependente (DAP) face às variáveis Independentes.

Dependent Variable: DAP
Method: Least Squares
Sample: 1 261
Included observations: 258

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	1.848343	0.532553	3.470719	0.0006
ID	-0.199786	0.188660	-1.058974	0.2906
RD	0.149944	0.069432	2.159585	0.0317
SEX	-0.234456	0.211923	-1.106325	0.2696
DST	0.163532	0.301328	0.542706	0.5878
R-squared	0.031570	Mean dependent var		1.996202
Adjusted R-squared	0.016259	S.D. dependent var		1.661446
S.E. of regression	1.647884	Akaike info criterion		3.856051
Sum squared resid	687.0273	Schwarz criterion		3.924907
Log likelihood	-492.4306	Hannan-Quinn criter.		3.883738
F-statistic	2.061884	Durbin-Watson stat		2.131831
Prob(F-statistic)	0.086309			

De forma a analisar se as variáveis independentes utilizadas para a explicação da DAP são significativas ou não, percebemos através da tabela supra, que a única variável relevante para o estudo é o rendimento, é estatisticamente significativa para o nível de significância (n.s.) de 5% (*pvalue* igual 0,0317). Foi utilizado de seguida o método *stepwise regression (backward)*, de forma a eliminar 1 a 1 as variáveis não significativas (DST e SEX), tendo obtido a regressão final com duas variáveis significativas, a idade e o rendimento, (ao nível de significância de 10%, sendo RD significativa também a 5%). Note-se ainda que as duas variáveis são conjuntamente significativas para o n.s. de 5% (*p-value* = 0,036088), conforme a tabela 8.

Foi feita a associação bivariada da variável dependente (DAP) com as variáveis independentes (idade, sexo, rendimento e ocupação estudantes). Com o objetivo de analisar as associações propostas foram efetuados testes paramétricos e não paramétricos recorrendo ao *E-views*.

Tabela 10: Estimação bivariada da variável dependente com as variáveis independentes

Dependent Variable: DAP
 Method: Least Squares
 Sample: 1 261
 Included observations: 258

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	1.876559	0.299195	6.272018	0.0000
ID	-0.250545	0.132033	-1.897589	0.0589
RD	0.151709	0.068977	2.199403	0.0287
R-squared	0.025717	Mean dependent var		1.996202
Adjusted R-squared	0.018075	S.D. dependent var		1.661446
S.E. of regression	1.646362	Akaike info criterion		3.846573
Sum squared resid	691.1795	Schwarz criterion		3.887886
Log likelihood	-493.2079	Hannan-Quinn criter.		3.863185
F-statistic	3.365453	Durbin-Watson stat		2.127324
Prob(F-statistic)	0.036088			

Tabela 11: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Idade)

Test for Equality of Means of DAP

Categorized by values of ID

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Anova F-test	(2, 255)	3.021150	0.0505
Welch F-test*	(2, 119.573)	3.689579	0.0279

*Test allows for unequal cell variances

Category Statistics

ID	Count	Mean	Std. Dev.	Std. Err of Mean
1	144	2.187361	1.709186	0.142432
2	60	1.566000	1.380910	0.178275
3	54	1.964444	1.752338	0.238463
All	258	1.996202	1.661446	0.103437

Test for Equality of Medians of DAP

Categorized by values of ID

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Med. Chi-square	2	7.523257	0.0232
Kruskal-Wallis	2	6.727841	0.0346

Category Statistics

ID	Count	Median	> Overall Median	Mean Rank	Mean Score
1	144	2.000000	48	138.9896	0.116524
2	60	1.000000	9	109.5083	-0.241084
3	54	2.000000	13	126.4074	-0.051797
All	258	2.000000	70	129.5000	-0.001871

A variável idade foi distribuída por categorias, 1, 2 e 3, para as idades (16-25 anos), (26-36 anos) e (37-65 anos), respetivamente, sabendo que para mais de 65 anos de idade, não obtivemos nenhuma observação. Assumindo que o nível de significância é de 5%, pode-se dizer que essa variável é significativa através dos vários testes (com exceção do teste Anova). Rejeita-se a hipótese nula (H_0) de igualdade de valores da DAP para as 3 categorias de idade, o que quer dizer que para cada categoria da idade, os indivíduos estão dispostos a pagar valores diferentes para a proteção ambiental em Cabo Verde.

Tabela 12: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Rendimento)

Test for Equality of Means of DAP
Categorized by values of RD
Sample: 1 261
Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Anova F-test	(4, 253)	0.918299	0.4538
Welch F-test*	(4, 88.9793)	0.898438	0.4685

*Test allows for unequal cell variances

Category Statistics

RD	Count	Mean	Std. Dev.	Std. Err. of Mean
1	45	1.722222	1.513087	0.225558
2	27	1.898889	1.792105	0.344891
3	47	1.881489	1.563199	0.228016
4	28	1.853929	1.270618	0.240124
5	111	2.215405	1.806649	0.171480
All	258	1.996202	1.661446	0.103437

Test for Equality of Medians of DAP
Categorized by values of RD
Sample: 1 261
Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Med. Chi-square	4	8.016409	0.0910
Adj. Med. Chi-square	4	6.190445	0.1854
Kruskal-Wallis	4	3.674406	0.4519
Kruskal-Wallis (tie-adj.)	4	3.845106	0.4274
van der Waerden	4	3.242326	0.5181

Category Statistics

RD	Count	Median	> Overall Median	Mean Rank	Mean Score
1	45	1.000000	8	115.4000	-0.152138
2	27	1.000000	9	120.1481	-0.118645
3	47	1.810000	11	126.2979	-0.043188
4	28	2.000000	4	131.8214	0.038130
5	111	2.000000	38	138.2613	0.094858
All	258	2.000000	70	129.5000	-0.001871

Os rendimentos também foram distribuídos por categoria. Foi conservada a hipótese nula, com o nível de significância de 5%, o que quer dizer, que embora com classe de rendimentos diferentes os indivíduos têm comportamentos ambientais iguais, aceitam o valor oferecido como a DAP e estão dispostos a pagar os mesmos valores. Apesar de um indivíduo possuir um rendimento elevado, este não estaria disposto a pagar um valor mais elevado para a proteção ambiental.

Tabela 13: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Sexo)

Test for Equality of Means of DAP

Categorized by values of SEX

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
t-test	256	0.995645	0.3204
Satterthwaite-Welch t-test*	208.7674	0.975202	0.3306
Anova F-test	(1, 256)	0.991310	0.3204
Welch F-test*	(1, 208.767)	0.951018	0.3306

*Test allows for unequal cell variances

Category Statistics

SEX	Count	Mean	Std. Dev.	Std. Err. of Mean
0	106	2.119528	1.773668	0.172274
1	152	1.910197	1.578766	0.128055
All	258	1.996202	1.661446	0.103437

Test for Equality of Medians of DAP

Categorized by values of SEX

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Wilcoxon/Mann-Whitney		0.519752	0.6032
Wilcoxon/Mann-Whitney (tie-adj.)		0.531688	0.5949
Med. Chi-square	1	0.406509	0.5237
Adj. Med. Chi-square	1	0.245305	0.6204
Kruskal-Wallis	1	0.271025	0.6026
Kruskal-Wallis (tie-adj.)	1	0.283615	0.5943
van der Waerden	1	0.233808	0.6287

Category Statistics

SEX	Count	Median	> Overall		
			Median	Mean Rank	Mean Score
0	106	2.000000	31	132.3962	0.030012
1	152	1.000000	39	127.4803	-0.024105
All	258	2.000000	70	129.5000	-0.001871

Pode-se dizer que a variável sexo não influencia a disposição em pagar para a proteção ambiental, de acordo com os testes estatísticos, paramétricos e não paramétricos efetuados (ao n.s. de 5%).

Tabela 14: Estimação da variável dependente (DAP) com a variável independente (Estudante)

Test for Equality of Means of DAP

Categorized by values of DST

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
t-test	256	-1.242535	0.2152
Satterthwaite-Welch t-test*	248.2019	-1.241957	0.2154
Anova F-test	(1, 256)	1.543892	0.2152
Welch F-test*	(1, 248.202)	1.542458	0.2154

*Test allows for unequal cell variances

Category Statistics

DST	Count	Mean	Std. Dev.	Std. Err. of Mean
0	118	1.856356	1.664579	0.153237
1	140	2.114071	1.655565	0.139921
All	258	1.996202	1.661446	0.103437

Test for Equality of Medians of DAP

Categorized by values of DST

Sample: 1 261

Included observations: 258

Method	df	Value	Probability
Wilcoxon/Mann-Whitney		1.481268	0.1385
Wilcoxon/Mann-Whitney (tie-adj.)		1.515284	0.1297
Med. Chi-square	1	2.858493	0.0909
Adj. Med. Chi-square	1	2.403054	0.1211
Kruskal-Wallis	1	2.196635	0.1383
Kruskal-Wallis (tie-adj.)	1	2.298683	0.1295
van der Waerden	1	2.612772	0.1060

Category Statistics

DST	Count	Median	> Overall Median	Mean Rank	Mean Score
0	118	1.810000	26	122.0000	-0.099035
1	140	2.000000	44	135.8214	0.080025
All	258	2.000000	70	129.5000	-0.001871

Quanto à variável ser binária estudante ou não, mostra-se que não é significativa ao n.s. de 5% para os vários testes. Sendo jovens e estudantes, parecem não estar muito preocupados em proteger o ambiente, através da taxa tal como ela é imposta.

Segundo a tabela da mediana, pode-se constatar que quase todas as probabilidades (*p-value*) são superiores a 10%, exceto a *Med. Chi-Square* com 0.0909, assumindo um nível de significância de 10%, rejeita-se a H_0 , o que quer dizer que os estudantes estão dispostos a pagar valores diferentes para a proteção ambiental, o que só se verifica para este teste e ao nível de significância de 10%.

Conclusão

Podemos concluir que as únicas variáveis significativas para o tratamento da DAP para a proteção ambiental em Cabo Verde são a idade e o rendimento. A idade desencadeia um papel muito importante no comportamento da pessoa na preservação do ambiente; independentemente do nível do rendimento do indivíduo, este estaria sempre disposto a contribuir financeiramente para a preservação ambiental, seja através do pagamento ou não de uma taxa.

Segundo o censo do INE relativo ao inquérito multiobjectivo contínuo IMC 2012 das famílias e condições de vida, (p.7), a população Cabo-verdiana no ano de 2012 era de 505.848 habitantes, agregado familiar, 124.377 e dimensão do agregado familiar de 4.1.

Se fosse aplicada a taxa mensal para a preservação ambiental em Cabo Verde no valor de CVE 146,65, (valor da média da DAP) arredondado para CVE 150,00, pago pelos agregados familiares, o valor mensal a arrecadar seria de CVE 18.656.550,00 e o valor anual seria de CVE 223.878.600,00 (€169.197.38,00), valor este, muito favorável para a proteção ambiental em Cabo Verde.

Através da análise qualitativa dos resultados do nosso inquérito, podemos referir que, quanto à fase da preocupação ambiental dos turistas, a maioria dos nossos inquiridos que se dispuseram a pagar para a proteção ambiental em Cabo Verde, tem idade situada entre os 16-25 anos. As mulheres demonstraram sempre serem as que mais têm maior preocupação em pagar valores superiores a €1,00, em todas as categorias dos rendimentos.

Os maiores resultados deste inquérito foram obtidos através das mulheres, com idades compreendidas entre os 16-25 anos, o valor mais procurado foi €1,00 em todas as categorias do rendimento. €1,00 foi também o valor mais procurado pelos jovens do

sexo masculino. Para os inquiridos com idades situadas entre os 26 - 36 anos, a grande parte possuem um rendimento do agregado familiar situado entre €751,00 a €1.100,00 e €1.101,00 a €1.500,00. O valor mais escolhido para os homens foi €1,00 e para as mulheres foi de €1,00 e €2,00. Para as idades situadas entre 37 - 65 anos, a maioria dos inquiridos de ambos os sexos, possuem um rendimento do agregado familiar acima dos €1.501,00, e os valores mais aceites foram €2,00 e €5,00.

Quanto à ocupação estudante, com a habilitação/frequência da licenciatura, para ambos os sexos, a maioria tem idade entre os 16 e 25 anos, com o rendimento do agregado familiar (média mensal) situado acima dos €1.501,00 e o valor mais escolhido foi de €1,00. Também encontramos 5 mulheres inquiridas com idades entre os 26 - 35 anos e ofereceram o mesmo valor para a proteção ambiental em Cabo Verde. Quanto à habilitação/frequência do mestrado, a grande parte dos inquiridos de ambos os sexos têm idades entre os 16 - 25 anos e os 26 - 36 anos, com o rendimento do agregado familiar baixo, situado entre $\leq$ €500€ a €750,00. Os valores mais escolhidos pelos homens foram de €1,00, €2,00 e €3,00 e para as mulheres foi de €1,00 em todas as categorias do rendimento.

Os inquiridos com rendimentos situados entre os €751,00 a €1.100 foram os que se dispuseram a pagar um valor mais elevado para a proteção ambiental em Cabo Verde, têm idade situada entre 37 - 65 anos, são do sexo masculino e os valores mais escolhidos foram €2,00 e €5,00.

Para a fase da preocupação ambiental dos Cabo-verdianos, a maioria dos inquiridos tem idade compreendida entre os 26 - 35 anos, são do sexo masculino com qualificação académica da licenciatura, a seguir o mestrado, e o valor mais procurado foi CVE 100,00. O rendimento da maioria dos inquiridos varia entre $\leq$ €500,00 / CVE 55.132,5, e os valores superiores a ECV 100,00, foram também mais procurados pelos homens.

Capítulo VI: Considerações Finais e Sugestões Futuras

Nos últimos 5 (cinco) anos, alguns países viram as suas economias a estagnar ou em recessão, fruto da mais recente crise financeira internacional, a qual terá começado, provavelmente, no início de 2008. Cabo Verde, fortemente dependente do exterior, é um desses países que viu o abrandamento do seu crescimento económico, provocando aumento do nível de desemprego, aumento dos preços em bens alimentares e de consumo (*commodities*), e significativos aumentos do custo de vida, etc., devido à estreita relação com os países Europeus, nomeadamente Portugal e Espanha que têm sofrido muito com esta crise. Pese embora o facto de o país apresentar o nível de crescimento acima dos 4% (foi revisto em baixo por agência de notação financeira), estimativas do Governo apontavam para o crescimento de 4,5 a 5% para o ano de 2013.

O crescimento e desenvolvimento económico poderão ter o efeito positivo ou negativo sobre o ambiente, criando alternativas conducentes a colmatar os desvios sobre o ambiente. Quando as medidas não são tomadas de forma eficazes, poderão surgir constrangimentos ambientais, *e.g.* aumento do nível de poluição, risco ou perda da biodiversidade, aumento do consumo da água, dos combustíveis fósseis, etc.

Embora enfrente ainda constrangimentos maiores em torno ambiental, Cabo Verde tem apresentado um nível de crescimento e desenvolvimento económico interessante. A dois anos da meta proposta pelas Nações Unidas para o cumprimento dos 8 Objetivos do Milénio, à data da elaboração do último relatório apresentado em 2010, Cabo Verde tinha cumprido dois (2) dos oito (8) objetivos e com possibilidade de cumprir a maioria deles.

Trabalhando em prol da sustentabilidade ambiental, Cabo Verde dispõe de um plano ambiental intersectorial, em várias atividades, desde a saúde, a educação, o turismo, a biodiversidade, a agricultura e a pesca, a indústria e a energia, e entre outros.

A aplicação do questionário, através do Método da Valoração Contingente (MVC) permitiu-nos observar, que dos 258 dos nossos inquiridos, a maioria (219, correspondente a 85% da observação), demonstraram a preocupação em preservar o ambiente, (embora os valores utilizados seriam meramente hipotéticos), o que é muito bom, porque a sua proteção é fundamental e é da nossa inteira responsabilidade.

Ainda que, com a crise económica que estes dois países têm enfrentado (Portugal e Cabo Verde), os valores mais aceites com a DAP foram €1,00€ e CVE 100,00, valores estes que demonstram que a preservação ambiental constitui de certa forma as preocupações dos cidadãos/turistas. Quanto à subpopulação Cabo-verdiana, verificamos que todos os inquiridos, (18), demonstraram preocupação em preservar o meio ambiente do país.

Ainda, de acordo com o nosso estudo sobre a DAP para a proteção ambiental em Cabo Verde, tendo em conta as cinco (5) variáveis, idade, sexo, rendimento, ocupação estudante e o valor da DAP, podemos afirmar que, na fase da preocupação ambiental dos turistas, tivemos maiores resultados com os inquiridos do sexo feminino, com idades situadas entre os 16 a 25 anos e o valor mais procurado foi de €1,00. Os homens com idades entre os 37-65 anos oferecem valores maiores (€2,00 e €5,00) para a proteção ambiental em CV. As mulheres foram as que sempre demonstraram, maior preocupação em pagar valores mais elevados para a proteção ambiental, embora o valor mais procurado foi de €1,00. Quanto à ocupação estudante, a maioria possuem/frequentam a licenciatura, com idades entre os 16-25 anos, o rendimento situa-se acima dos €1.501,00, a maioria é do sexo feminino e o valor mais procurado foi de €1,00.

Podemos aqui reafirmar, que o indivíduo com um elevado rendimento não está disposto a pagar um valor mais elevado para a proteção ambiental, e este comportamento é igual ao do indivíduo com rendimentos inferiores.

A situação é inversa na preocupação ambiental dos Cabo-verdianos, pois a maioria já são adultos com idade entre os 26 - 36 anos e foram os homens que se dispuseram a pagar um valor mais elevado para a proteção ambiental do país, embora o valor mais escolhido foi de CVE 100,00.

Com o objetivo de atenuar os constrangimentos ambientais, mencionados no penúltimo capítulo, a solução encontrada para proteger o ambiente, com uma gestão adequada dos resíduos, um saneamento básico eficiente, de forma que o desenvolvimento económico não gerasse maiores impactos (negativos) sobre o

ambiente, seria necessária que fosse criada uma taxa única que se destinasse exclusivamente para à preservação ambiental em Cabo Verde.

De acordo com o questionário, verificamos que a média da DAP dos Cabo-verdianos é de CVE 146,65 (€1,33). Nós propúnhamos que a taxa mensal aplicada fosse de CVE 150, (€1,36), aplicada a todos os agregados familiares, taxa essa que serviria para a criação de uma Agência Nacional do Ambiente (ANA), gerida pela MAHOT. Uma vez que nem toda a população tem acesso a água canalizada e acesso a eletricidade, a Agência Nacional do Ambiente deveria estabelecer um acordo com as agências dos Ministérios do Desenvolvimento Rural (MDR) ou associações locais para receber os valores mensais da taxa.

O valor da taxa arrecadado destinava-se para os seguintes atos:

- ✎ Preservação dos animais em risco de extinção e do seu habitat;
- ✎ Preservação das plantas endémicas e em vias de extinção;
- ✎ Melhoria no saneamento básico, disponibilizando contentores para a reciclagem em todas as localidades e cidades do país;
- ✎ Disponibilização de transporte adequado para recolha e tratamentos de resíduos (aterros) em todas as ilhas;
- ✎ Sensibilização das empresas para a utilização de materiais recicláveis, bem como a sua reciclagem, uso de energias verdes para incentivar a uma responsabilidade ambiental mais ativa;
- ✎ Criação de um plano de ordenamento do território eficiente para a proteção das zonas costeiras;
- ✎ Formação e informação à comunidade local sobre a preservação do ambiente e sensibilização para o uso de energias verdes e redução do consumo excessivo de energia e água, bem como a utilização de equipamentos com baixo consumo de energia;

- ✎ Aumento do número de guardas florestais, de forma, a combater a deflorestação.

Outras sugestões de melhorias futuras para o governo Cabo-verdiano que consideramos relevantes para a preservação ambiental em Cabo Verde são:

- ✎ Sensibilizar a comunidade local para a prática de reciclagem;
- ✎ Os estabelecimentos hoteleiros empreendidos perto ou na orla marítima deveriam pagar uma taxa aceitável que se destinasse para a preservação dos ecossistemas;
- ✎ Proibir ruídos a partir de uma certa hora da noite, combatendo assim a poluição sonora;
- ✎ Plantação de árvores com resistência à seca;
- ✎ Reduzir o consumo de veículos, sensibilizando para o uso de transportes públicos;
- ✎ Investir na formação de profissionais qualificados;
- ✎ Reduzir os desperdícios e incentivando as empresas a reduzir as importação de produtos com muitas embalagens evitando assim o aumento de resíduos.

Devido à escassez dos recursos naturais, e se não foram tomadas medidas eficientes hoje, poderemos sofrer no futuro maiores dificuldades do que aquilo que temos atualmente.

Se as medidas e as sugestões forem aceites tanto pelo governo, pelos cidadãos, como também pelas empresas, teremos um ambiente mais sadio e equilibrado e caminharemos para um desenvolvimento sustentável.

Limitações do estudo

Nesta dissertação encontramos algumas limitações que fazem com que este trabalho tenha menos informação, mais do que aquilo que tínhamos previsto inicialmente, nomeadamente:

- ↳ Falta de informações estatísticas e material de estudo disponibilizado pelo governo de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Bancos de Cabo Verde, empresas, entre outros;
- ↳ Reduzido número de observações registados nos inquéritos por parte dos inquiridos Cabo-verdianos, o que muito favorecia o resultado da análise prática sobre a taxa ambiental em Cabo Verde.

Bibliografia

A Semana (2013), "Apesar da quebra na economia, Cabo Verde é o país mais estável de África", <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article83791>, acedido em 22 de Fevereiro de 2013.

A Semana (2010), "Objectivos do Milénio: Cabo Verde é um “case study”, diz ONU", <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article56405>, acedido em 12 de Fevereiro de 2013.

African Development Fund (2011), "Cape Verde Electricity Transmission and Distribution Network Development Project", <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Cape%20Verde%20-%20Approved%20-%20electricity%20transmission%20and%20distribution%20network%20development%20project.pdf>, acedido em 22 de Janeiro de 2013.

Andrade, D. C., & Romeiro, A. R. (2011), "Degradação Ambiental e Teoria Económica: Algumas Reflexões sobre uma Economia dos Ecossistemas", *Revista Economia Brasília (DF)* v.12 n.1 Janeiro/Abril p. 3–26, http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n1p3_26.pdf, acedido em 29 de Abril de 2013.

Banco de Cabo Verde (2010), "Estatística da Balança de Pagamentos" - Nota Informativa - 1º Trimestre 2013, <http://www.bcv.cv/vPT/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Sector%20Externo/analise/Paginas/An%C3%A1lise2.aspx>, acedido em 30 de Junho de 2013.

Banco de Cabo Verde (2013), "Relatório da Política Monetária Maio de 2013", <http://www.bcv.cv/vPT/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorio%20de%20Politica%20Monetaria/Paginas/RPM2013.asp>, acedido em 2 de Julho de 2013.

Banco de Portugal (2011/2012), "Evolução das Economias do PALOP e de Timor-Leste 2011/2012", http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/04_CVerde_Txt.pdf, acedido em 23 de Fevereiro de 2012.

Banco Espírito Santo (2012), "Cabo Verde - Internacional Support Kit of Opportunities", <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=2543a480-89fd-4c81-94c9-5d6cd12f80cd>, acedido em 02 de Fevereiro de 2013.

Bürgenmeier, B. (2005), *Economia do Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa: Instituto Piaget.

Comissão das Comunidades Europeias (2002), "Comunicação da Comissão Relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável", <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52002DC0347:PT:NOT>, acedido em 24 de Fevereiro de 2013.

Comissão das Comunidades Europeias (2001), "Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas", http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf, acedido 24 de Fevereiro de 2013.

Cooper, C., et al (2007), *Turismo Princípios e Práticas* (3 ed.), (A. Salvaterra, Trad.), Porto Alegre: Bookman.

Cunha, L. (2007), *Introdução ao Turismo* (3ª ed.), Lisboa - São Paulo: Editorial Verbo.

ECOCE - Boletim da Sociedade Brasileira da Economia Ecológica, (2009). "Elinor Ostron, um toque feminino", http://libertaria2012.wikispaces.com/file/view/Boletim_Ecoeco_n021_atual.pdf, acedido em 05 de Junho de 2013.

Embaixada de Cabo Verde em Lisboa (2010), "Comunidades, informações gerais", http://www.embcv.pt/conteudos_gera_sub.asp?idarea=8&idsub=63, acedido em 25 de fevereiro de 2013.

Fundação Luso Brasileira (2009), "Cabo Verde atinge 92 % de cobertura elétrica", <http://www.fund-luso-brasileira.org/RedePesquisa/Default.aspx?Tag=NEWS&ExternalNewsId=18465&PageNumber=1&Print=1>, acedido em 15 de Fevereiro de 2013.

Garrod, G., & Willis, K. G. (1999), *Economic Valuation of the Environment: Methods and Case Studies*, Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing, Inc.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992), *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras, Lisboa, Portugal: Celta Editora.

Hill, M. M., & Hill, A. (1998), *A construção de um Questionário*, Lisboa: Dinâmia - Centro de Estudos Sobre a Mudança Sócioeconómica.

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2012), "Desemprego", <http://www.ine.cv/desemprego/def.aspx?i=3>, acedido em 28 de Setembro de 2013.

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2013), "Estatísticas do Turismo 2012 - Movimentação de Hóspedes", <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/500175391922013Estat%C3%ADsticas%20do%20Turismo%20-%20Ano%202012.pdf>, acedido em 21 de Março de 2013.

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2012), "População e Condição de Vida", <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>, acedido em 24 de Novembro de 2012.

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2013), "Resultados Estatísticas do Turismo 1º Trimestre de 2013", <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/8592719142452013Estat%C3%ADsticas%20do%20Turismo%20-%201%C2%BA%20Tr%20%202013.pdf>, acedido em 31 de Maio de 2013.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2012), "Estatísticas Económicas: Turismo", <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>, acedido em 2 de Abril de 2013.

Instituto Nacional de Estatísticas Cabo Verde (2012), "Indicadores Económicos", <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>, acedido em 24 de Fevereiro de 2012.

ISO. (s.d.). *ISO 14000 - "Gestão Ambiental"*, <http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>, acedido em 3 de Maio de 2013.

Marujo, M. N., & Paulo, C. (2010), "Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Sustentável", *Turismo & Sociedade*, Outubro Curitiba, p.147-161, <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/19635/12832>, acedido em 2 de Maio de 2013.

Matos, R. d., & Rovella, S. B. (2010), "Do crescimento económico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em Evolução", *Revista Electrónica*, nº 3, Janeiro/Julho p.1-12, http://www.opet.com.br/revista/administracao_e_cienciascontabeis/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf, acedido em 29 de Abril de 2013.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (2008), "Política Energética de Cabo Verde", http://www.governo.cv/documents/politica_energetica.pdf, acedido em 11 de Julho de 2013.

Ministério da Saúde de Cabo Verde (2012), "Relatório Estatístico 2011", https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.minsaude.gov.cv%2Findex.php%2Fdocumentos%2Fdoc_download%2F240-relatorio-estatistico-2011&ei=75VBUp2GJeug7Aazi4H4BQ&usg=AFQjCNHb1dN12JnziDVvSYlXB8CsnM0xg&sig, acedido em 4 de Julho de 2013.

Ministério das Finanças e do Planeamento (2012), "Proposta do Orçamento do Estado para 2013", https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.governo.cv%2Findex.php%2Fdossiersprojectos%2Fdoc_download%2F131-proposta-de-orcamento-do-estado-para-2013&ei=M5VBUoGVAYiM7QaM-4GICQ&usg=AFQjCNFfyX0iK, acedido em 13 de Março de 2013.

Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade - Direção Geral do Turismo, "Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013)", https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=763, acedido em 26 de Março de 2013.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas - Gabinete de Estudos e Planeamento Cabo Verde (2004), "Plano Ambiental Intersectorial: Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização (2004-2014)", <http://www.sia.cv/index.php/documentacao-mainmenu/category/2-planos-e-estrategias?download=39:pana-ii-volume-iii-pais-educacao>, acedido em 14 de Março de 2013.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2004), "Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente", <http://www.governo.cv/documents/PANAII-sintese-final.pdf>, acedido em 04 de Março de 2013.

Motta, M. (2004), "*Competition Policy: Theory and Practice*", USA: Cambrifge University Press.

Nações Unidas - Cabo Verde (2010), "Objectivos do Milénio - Relatório de progresso 2010", <http://www.un.cv/omd2010.php#3>, acedido em 21 de Janeiro de 2013.

OECD (2013), "List of OCDE Member Countries - Ratification of the Convention on the OCDE", <http://www.oecd.org/general/listofocdmembercountries-ratificationoftheconventionontheoecd.htm>, acedido em 19 de Março de 2013.

Organização Internacional para as Migrações (2010), "Migração em Cabo Verde - Perfil nacional 2009", http://www.un.cv/files/Cape_Verde_Profile_2009.pdf, acedido em 27 de Fevereiro de 2013.

Patrício, O. Meio ambiente, "transportes e poluição". *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Universidade Federal de Sergipe (UFS), nº 8, p. 41-56, Janeiro/Julho 2012, https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=136&idTipo=1, acedido em 5 de Maio de 2013.

Pereira, H. M. (2009), "*Ecossistemas e Bem-Estar Humano - Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*", Lisboa: Escolar Editora.

Pereira, S. S., & Curi, R. C. (2012), "Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas Sobre o Dispersar da Consciência Ambiental", *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade* Vol. 2, Set. - Dez. n. 4 p.35-57,

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gDHX0XxyMIUJ:150.165.111.246/revistaadmin/index.php/uacc/article/download/78/121+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>, acedido em 28 de Abril de 2013.

Projeto Cabo Verde. (s.d.), "O Projeto Cabo Verde", <http://projectocaboverde.no.sapo.pt/>, acedido em 06 de Março de 2013.

Projeto de Educação Ambiental em Cabo Verde (2010), "Do lixo ao luxo", <http://www.dolixoaoluxocaboverde.blogspot.pt>, acedido em 06 de Março de 2013.

Rádio Televisão Cabo-verdiana (2011), "Área florestal está a diminuir segundo inventário nacional do Ministério do Desenvolvimento", http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=13821, acedido em 14 de Março de 2013.

Rádio Televisão Cabo-Verdiana (2013), "Taxa de inertes e planeamento urbanístico", http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=23059, acedido em 7 de Março de 2013.

Ramos, M. C. (2012), "Ambiente, Educação e Interculturalidade, *Revista Tempos e Espaços em Educação*", n. 8 Janeiro/Julho, p.27-39, Universidade Federal de Sergipe (UFS), https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=136&idTipo=1, acedido em 5 de Maio de 2013.

Rocha, C. Y., & Neves, A. D. (2007), "Auto - avaliação das capacidades nacionais para a gestão ambiental global (NCSA – GEM) - Estratégia e Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento das Capacidade na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde", <https://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/document/Cape%20Verde%20final%20report.pdf>, acedido em 10 de Março de 2013.

Rodrigues, J. (2007), "Crescimento, Decrescimento Sustentável e Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável", *A obra nasce: revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa, Porto*, 4 de Fevereiro p.57-73, <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/736/1/57-73Pages%20from%20aObraNasce04-5.pdf>, acedido em 29 de Abril de 2013.

Sachs, J. D., & Andrew, M. W. (2001), "Natural Resources and Economic Development - The curse of natural resources", *ELSEVIER European Economic Review* 45, <http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/pubs/EuroEconReview2001.pdf>, acedido em 24 de Janeiro de 2013.

Silva, C. H. (2012), "Desenvolvimento Sustentável: Viabilidade económica, Responsabilidade Ambiental e Justiça Social", *Senado Federal Consultoria Legislativa Brasília*, 6 de dezembro p.1-7), <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/desenvolvimento-sustentavel-viabilidade-economica-responsabilidade-ambiental-e-justica-social>, acedido em 12 de Maio de 2013.

The World Bank (2013), "Emissões de CO2 kt", <http://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.KT/countries>, acedido em 17 de Março de 2013.

United Nations Development Programme (2012), "International Human Development Indicators", <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CPV.html>, acedido em 05 de Fevereiro de 2013.

United Nations Framework Convention on Climate Change (2013), "Comércio Internacional de Emissões", http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/emissions_trading/items/2731.php, acedido em 13 de Março de 2013.

United Nations Framework Convention on Climate Change (2013), "Lista das Partes de Anexo I e Não anexo I da Convenção", http://unfccc.int/parties_and_observers/parties/non_annex_i/items/2833.php, acedido em 17 de Março de 2013.

United Nations Framework Convention on Climate Change (2013), "Protocolo de Kyoto", http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php, acedido em 13 de Março de 2013.

United Nations (2010), "International Merchandise Trade Statistics", <http://comtrade.un.org/pb/CountryPagesNew.aspx?y=2011>, acedido em 21 de Junho de 2013.

United Nations (1998), "Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change", <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>, acedido em 17 de Março de 2013.

Veiga, J. E. (2010). "Indicadores de Sustentabilidade", *Estudos Avançados*, 24 (68), São Paulo, p. 39 -52), <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10465/12196>, acedido em 15 de Maio de 2013.

Veiga, J. E. (2006), *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, São Paulo: Senac.

Anexos

Anexo I: Lista das Partes da CQNUAC “UNFCCC” e da OCDE.....	97
Anexo II: Questionário	99

Anexo I: Lista das Partes da CQNUAC “UNFCCC” e da OCDE

Países de Anexo I	Países de Não Anexo I Quantified emission Limitation or reduction commitment (% of base year or period)		Países Não Anexo I				Países da OCDE
Austrália	Austrália	108	Afeganistão	Egito	Micronésia (Estados Federados da)	Sudão	Alemanha
Áustria	Áustria	92	Albânia	El Salvador	Mongólia	Suriname	Austrália
Belarus	Bélgica	92	Argélia	Guiné Equatorial	Montenegro	Suazilândia	Áustria
Bélgica	Bulgária	92	Andorra	Eritreia	Marrocos	República Árabe da Síria	Bélgica
Bulgária	Canada	94	Angola	Etiópia	Moçambique	Tajiquistão	Canadá
Canadá	Croácia	95	Antígua e Barbuda	Fiji	Mianmar	Tailândia	Chile
Croácia	República Checa	92	Argentina	Gabão	Namíbia	Antiga República Jugoslava da Macedónia	Coreia
Chipre	Dinamarca	92	Arménia	Gâmbia	Nauru	Timor-Leste	Dinamarca
República Checa	Estónia	92	Azerbaijão	Geórgia	Nepal	Togo	Eslováquia
Dinamarca	Comunidade Europeia	92	Bahamas	Gana	Nicarágua	Tonga	Eslovénia
Estónia	Finlândia	92	Bahrein	Granada	Níger	Trinidad e Tobago	Espanha
União Europeia	France	92	Bangladesh	Guatemala	Nigéria	Tunísia	Estados Unidos
Finlândia	Alemanha	92	Barbados	Guiné	Niue	Turquemenistão	Estónia
França	Grécia	92	Belize	Guiné Bissau	Omã	Tuvalu	Finlândia
Alemanha	Hungria	94	Benim	Guiana	Paquistão	Uganda	França
Grécia	Islândia	110	Butão	Haiti	Palau	Emirados Árabes Unidos	Grécia
Hungria	Irlanda	92	Bolívia	Honduras	Palestina	República Unida Da Tanzânia	Hungria
Islândia	Itália	92	Bósnia e Herzegovina	Índia	Panamá	Uruguai	Islândia
Irlanda	Japão	94	Botswana	Indonésia	Papua Nova Guiné	Uzbequistão	Irlanda
Itália	Latvia	92	Brasil	Irão (República Islâmica do)	Paraguai	Vanuatu	Israel
Japão	Liechtenstein	92	Brunei Darussalam	Iraque	Peru	Venezuela (República Bolivariana da)	Itália
Latvia	Lituânia	92	Burkina Faso	Israel	Filipinas	Vietname	Japão
Liechtenstein	Luxemburgo	92	Burundi	Jamaica	Catar	Lémen	Luxemburgo
Lituânia	Mónaco	92	Camboja	Jordânia	República da Coreia	Zâmbia	México

Crescimento económico em Cabo Verde e seu impacto na sustentabilidade ambiental

Luxemburgo	Holanda	92	Camarões	Cazaquistão	República da Moldávia	Zimbabué	Noruega
Malta	Nova Zelândia	100	Cabo Verde	Quênia	Ruanda		Nova Zelândia
Mónaco	Noruega	101	República Central Africana	Kiribati	São Cristóvão e Nevis		Países Baixos
Holanda	Polónia	94	Chade	Kuwait	Santa Lúcia		Polónia
Nova Zelândia	Portugal	92	Chile	Quirguistão	São Vicente e Granadinas		Portugal
Noruega	Roménia	92	China	República Democrática Popular de Laos	Samoa		República Checa
Polónia	Federação da Rússia	100	Colômbia	Líbano	San Marino		Reino Unido
Portugal	Eslováquia	92	Comores	Lesoto	São Tomé e Príncipe		Suécia
Roménia	Eslovénia	92	Congo	Libéria	Arábia Saudita		Suíça
Rússia	Espanha	92	Ilhas Cook	Líbia	Senegal		Turquia
Eslováquia	Suécia	92	Costa Rica	Madagáscar	Sérvia		
Eslovénia	Suíça	92	Cuba	Malavi	Seychelles		
Espanha	Ucrânia	100	Côte d'Ivoire	Malásia	Serra Leoa		
Suécia	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	92	República Popular Democrática da Coreia	Maldivas	Singapura		
Suíça	EUA	93	República Democrática do Congo	Mali	Ilhas Salomão		
Turquia			Djibouti	Ilhas Marshall	Somália		
Ucrânia			Dominica	Mauritânia	África do sul		
Reino Unido e Irlanda do Norte			República Dominicana	Maurício	Sudão do Sul		
EUA			Equador	México	Sri Lanka		

Fonte: UNFCCC, Lista das Partes de Anexo I e Não anexo I da Convenção, (2013); United Nations, Kyoto Protocol to the United Nations Framework (1998); OECD (2013).

Anexo II: Questionário

Preenche os campos assinalados

* Preenchimento obrigatório

I. Caracterização Sócio Económica

1. Idade*

16 – 25 Anos -----

26 – 36 Anos -----

37 – 65 Anos -----

+ De 65 Anos -----

2. Sexo*

Masculino -----

Feminino -----

3. Qualificação académica*

9º Ano -----

10º Ano -----

11º Ano -----

12º Ano -----

Licenciatura -----

Mestrado -----

Doutoramento -----

Outro: -----

4. Profissão*

5. Rendimento médio mensal líquido do agregado familiar* Expresso em moeda Euro (€) e Escudo de Cabo Verde (ECV)

- ≤ 500,00€ / 55.132,5 ECV -----
- 501,00€ a 750,00€ / 55.242,765 a 82.698,75 ECV -----
- 751,00€ a 1100,00€ / 82.809,015 a 121.291,5 ECV -----
- 1101,00€ a 1500,00€ / 121.401,765 a 165.397,5 ECV -----
- Acima dos 1501,00€ / 165.507,765 ECV -----

6. País de residência*

7. Nacionalidade*

Portuguesa -----

Brasileira -----

Cabo-verdiana -----

Italiana -----

São-Tomense -----

Espanhola -----

Angolana -----

Outra: -----

II Turismo em Cabo Verde

1. Já visitou Cabo Verde? *

Sim -----

Não -----

1.1. Caso afirmativo, indique quantas vezes nos últimos 5 anos

1.2. Caso não, pretende visitá-lo?

Sim -----

Não -----

2. Na sua viagem de turismo, hospedou-se em estabelecimento hoteleiro?

Sim -----

Não -----

III Preocupação ambiental dos turistas

1. Considera importante que o governo Cabo-verdiano imponha um custo diário de estadia aos turistas para criar um fundo para financiar o sector do turismo? *

Sim -----

Não -----

2. Está disposto a pagar a taxa turística nos estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde, sabendo que esta se destina em parte à preservação ambiental? *

Sim -----

Não -----

2.1. Se não, queira propor medidas alternativas para solucionar esta questão.

3. Quanto é que estaria Disposto A Pagar (DAP) para a preservação ambiental em Cabo Verde? *

Nada. -----

€1,00 -----

€2,00 -----

€3,00 -----

€5,00 -----

Mais de €5,00 -----

IV Preocupação ambiental dos Cabo-verdianos

1. Considera importante que o governo Cabo-verdiano imponha um custo diário de estadia aos turistas para criar um fundo para financiar o sector do turismo? *

Sim -----

Não-----

2. Está disposto a pagar a taxa turística nos estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde, sabendo que esta se destina em parte à preservação ambiental? *

Sim -----

Não -----

3. Se é Cabo-verdiano residente na diáspora, na sua viagem ao país de origem tenciona contribuir financeiramente para a preservação ambiental? (Responda apenas e só, no caso de residir fora de Cabo Verde).

Sim -----

Não -----

4.5. Caso afirmativo, por favor indique qual é sua Disposição A Pagar - DAP (em Escudo Cabo-Verdiano - ECV) (Responda apenas e só no caso de residir fora de Cabo Verde).

CVE 200,00 ----- CVE 300,00 ----- CVE 500,00 ----- + De CVE 500,00 -----.

5. Caso estivesse a residir em Cabo Verde gostaria de contribuir com um montante mensal para a proteção ambiental? *

Sim -----

Não -----

5.1. Caso afirmativo, por favor indique a sua Disposição A Pagar (DAP)

CVE 50,00 -----

CVE 100,00 -----

CVE 200,00 -----

CVE 300,00 -----

Mais de CVE 500,00

5.2. Se não está disposto a pagar, propõe alguma medida alternativa para resolver a situação?

6. Na sua opinião, qual seria a prioridade na utilização das verbas para a proteção ambiental? *
